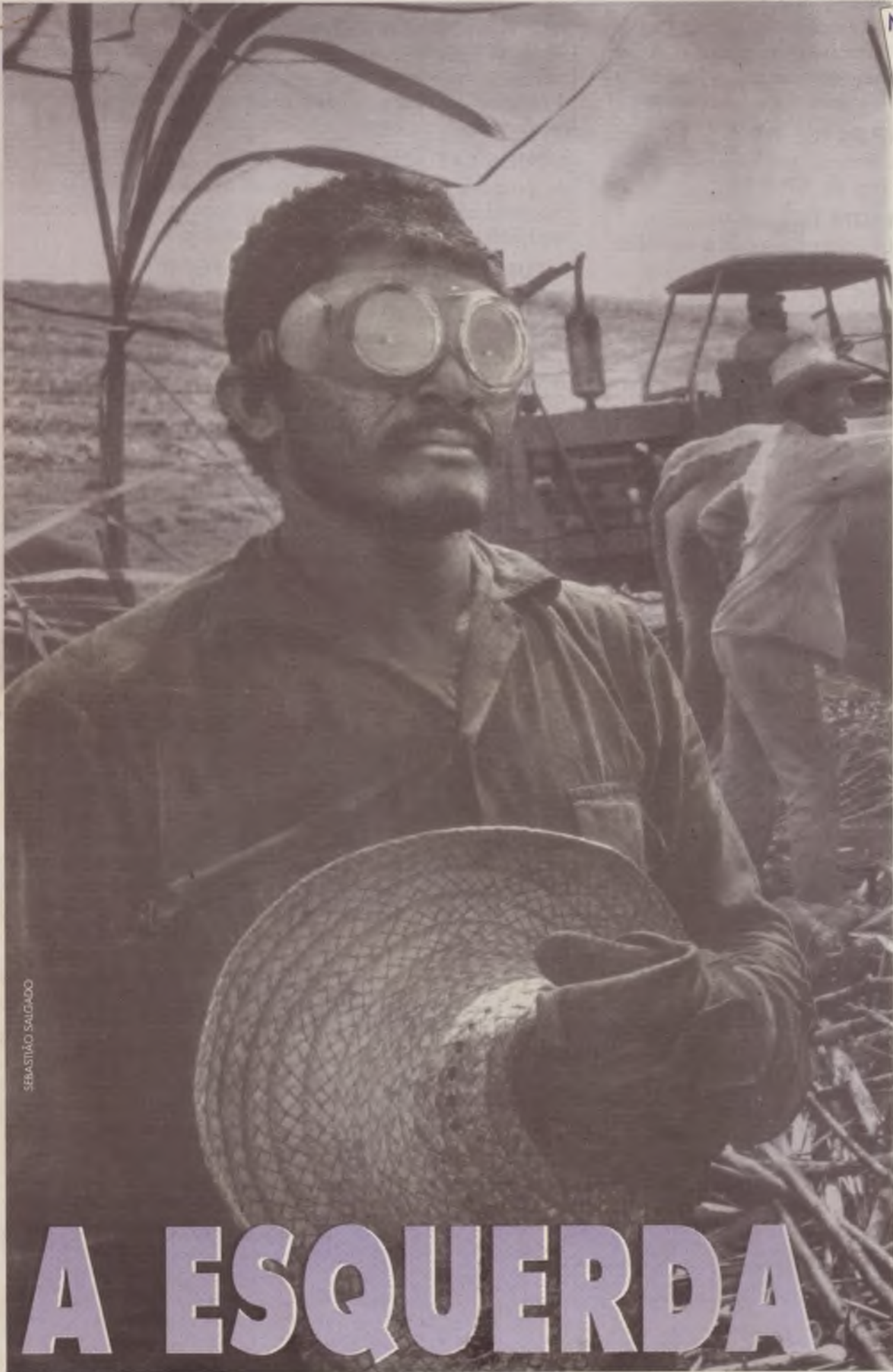


EM TEMPO:

Nº 283
AGOSTO 1995
R\$ 1,50

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRÁCIA SOCIALISTA

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS



PERRY ANDERSON

ALÉM DO
NEOLIBERALISMO

PÁGINAS 20 E 21

IGNÁCIO RAMONET

OS SENHORES
DO MUNDO

PÁGINAS 22 E 23

ERNEST MANDEL

PODER E
DINHEIRO

PÁGINAS 24 A 27

O 10º ENCONTRO NACIONAL DEBATE O DILEMA DO PT: TRANSFORMAR-SE EM UMA MÁQUINA ELEITORAL ADAPTADA AO JOGO POLÍTICO DOMINANTE OU CONSTRUIR-SE COMO PARTIDO MILITANTE, VINCULADO ÀS LUTAS SOCIAIS. A COBERTURA DO 10º EN ESTÁ NAS PÁGINAS 3 A 11.

A ESQUERDA

DECIDE SEU FUTURO

ESPECIAL: 10º ENCONTRO NACIONAL DO PT

UM MOMENTO CRUCIAL PG. 3

Editorial alerta para o importante período que o PT está atravessando e os dilemas sobre os quais o 10º EN terá que se posicionar.

O DEBATE POLÍTICO DO 10º EN PGS. 4 E 5

As teses preparatórias para o encontro são analisadas por *Carlos Henrique Árabe*, que destaca o retrocesso nas posições sobre construção partidária da Unidade na Luta e adesão da Democracia Radical à defesa do mercado e da modernização.

CRÔNICA DO PT ANTES DO 10º EN PGS. 6 E 7

Recuperando o debate preparatório efetuado nos estados, *Joaquim Soriano* antecipa elementos do cenário do 10º EN.

ELEIÇÕES 96: REATAR COM A LUTA PGS. 8 E 9

Félix Sanchez discute os problemas colocados para a definição da tática para as eleições municipais de 1996.

O PT QUE A "FOLHA" GOSTA PG. 10

Fábio Pereira relata os problemas enfrentados pelo PT no Encontro Estadual de São Paulo.

PORTO ALEGRE É VERMELHA PG. 11

O novo presidente do PT de Porto Alegre, *Luiz Pila Vares*, analisa os dilemas hoje postos para a construção partidária.

UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL PG. 19

Samuel Vida e *Robinson Almeida* relatam o último encontro municipal do PT de Salvador e as perspectivas de fortalecimento do partido que ele abre.

ERNEST MANDEL 1923-1995

O DESAPARECIMENTO DE ERNEST MANDEL PGS. 14 E 15

Lívio Maitan e *João Machado* lembram a vida militante e a obra teórica de Ernest Mandel, dirigente da IV Internacional e teórico marxista recém-falecido.

PODER E DINHEIRO. UMA TEORIA MARXISTA DA BUROCRACIA PGS. 24 A 27

Uma versão editada da introdução da última grande obra teórica

de Ernest Mandel, ainda inédita em português. Dividimo-la em quatro artigos. Publicamos também uma bibliografia parcial da obra de Mandel e uma breve avaliação do significado de sua obra por *Charles-André Udry*.

NACIONAL

FHC: NEM BRINCANDO, NEM ENGANANDO PGS. 12 E 13

Plínio de Arruda Sampaio discute o significado do governo Fernando Henrique, caracterizando-o como um governo de direita e destacando que ele tentará empreender uma recolonização do Brasil.

NOVOS CASUÍSMOS À VISTA PGS. 16 E 17

As propostas de reforma eleitoral em debate no Congresso Nacional são combatidas por *Raul Pont*, que destaca como a legislação atual fraudada a proporcionalidade.

A FÚRIA CONTRA OS SALÁRIOS PG. 28

João Machado analisa o panorama econômico e as dificuldades do governo articular o combate à inflação com a redução dos desequilíbrios das contas externas.

A CONVENÇÃO 111 E O COMBATE AO RACISMO PG. 18

Hédio Silva revela a importância da implantação da Convenção 111 da OIT para a luta contra o racismo no Brasil

SOCIALISMO

ALÉM DO NEOLIBERALISMO PGS. 20 E 21

Perry Anderson enfatiza que devemos aprender com a intransigência do neoliberalismo para combatê-lo de forma eficiente e preparar um pós-neoliberalismo.

OS NOVOS SENHORES DO MUNDO PGS. 22 E 23

As mudanças nas estruturas de poder internacional são o tema do artigo de *Ignácio Ramonet*.

LIVROS PGS. 17 E 23

Michael Lowy comenta dois livros, **Rosa Luxemburgo, Os dilemas da ação revolucionária**, de Maria Isabel Loureiro, e **De Moncada a Chiapas, História de la lucha armada en América Latina**, de Daniel Pereyra.

COM ESTA EDIÇÃO, ESTAMOS ENVIANDO AOS ASSINANTES DE APOIO O TEXTO DE RAUL PONT
CONSTRUINDO A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO BRASIL.

LEIA E ASSINE EM TEMPO:

QUEM OPTAR PELA ASSINATURA DE APOIO RECEBERÁ, JUNTO COM O JORNAL, TEXTOS DE DEBATES TEÓRICOS

Quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio R\$ 30,00 Normal R\$ 15,00

Nome: _____

Endereço: _____

_____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou xeroque e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 66 55 50

EM TEMPO:

Uma publicação da Tendência Democracia Socialista

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Maclhado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRE/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (editoração) e Carlos Henrique Árabe.
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo/SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 s/04
Bomfim - CEP 90120 - Fone (051) 227.4642

Um momento crucial

EDITORIAL

O PT atravessa um período decisivo da sua história. Depois de ter sua intervenção estruturada, desde o final dos anos 80, pela disputa em torno da saída para a crise nacional, o partido tem hoje que se resituar no cenário produzido pela grande vitória obtida pelo projeto neoliberal em 1994. O PT tem novamente pela frente um processo de acumulação de forças que recrie as condições para retomar um caminho de luta pelo poder.

O risco da "americanização" do PT

Mas o partido que encara este desafio é muito diferente do PT dos anos 80. De um lado, positivamente: é um PT muito mais presente na sociedade brasileira, com um reconhecimento eleitoral e uma atuação institucional maior. De outro lado, negativamente: muitos fatores tem impulsionado a transformação do PT em um partido eleitoral (e eleitoreiro), algo que tem sido chamado de "americanização" do partido. A inserção institucional acrítica, as consequências integradoras da dinâmica eleitoral, o nível de atividade mais reduzido do movimento de massas, as dificuldades da CUT para enfrentar a reestruturação neoliberal, a nova correlação de forças internacional, o colapso do estalinismo e a crise do movimento socialista internacional, e, internamente ao PT, a crise de hegemonia que ele vive desde 1990, são alguns fatores que corrompem o impulso revolucionário do PT.

Esta dinâmica impôs com força sua marca na preparação do 10º EN. A despolitização, os interesses eleitorais e as disputas pelo controle da "máquina" deram a tônica em encontros muito importantes. Onde candidaturas à candidaturas para 1996 se enfrentavam, verdadeiras guerras foram travadas. O caso de Diadema, em São Paulo é emblemático. Ali, duas chapas, uma articulada pelo ex-prefeito e outra pelo atual prefeito, ambos ligados à mesma tendência, a Articulação Unidade na Luta, mobilizaram mais de seis mil filiados para votarem num quase empate, reproduzindo práticas dos partidos tradicionais.

A nova agenda partidária

Enquanto enormes energias e recursos estão sendo canalizados para transformar o PT numa máquina eleitoral, num partido onde prevalece o vale-tudo, a pauta política imposta ao partido é solenemente secundarizada. Mas ela é incontornável por qualquer projeto de esquerda. Sua resolução pode demandar um período mais ou menos longo a depender não só dos debates internos mas também do curso da luta política no país. É certo que o 10º EN é um momento decisivo para indicar os passos nesta direção.

Desde o nosso ponto de vista, esta nova pauta política compreende pelo menos três pontos cruciais:

- uma reelaboração estratégica de projeto para o país, opondo-se à (des)integração acelerada do país à uma ordem internacional injusta e excludente;
- uma nova política de acumulação de forças, redefinindo a relação do partido com sua ampla base

social, golpeada pelas políticas neoliberais;

- uma profunda reorganização programática e organizativa, que retire lições críticas da inserção no Estado e recolque o PT em condições de se construir com autonomia, tendo como referência básica a auto-organização dos explorados e oprimidos.

A polarização do 10º EN

A persistência da crise de hegemonia no PT e um acirramento das disputas internas está condicionando o tratamento da pauta que temos que enfrentar. A Opção de Esquerda, responsável pelo esforço de rearmamento do partido depois de 1993, sofreu as consequências do deslocamento de um setor da Articulação de Esquerda de São Paulo. Tem o desafio de oferecer um alternativa de esquerda coerente nesta difícil conjuntura.

A Articulação Unidade na Luta, por sua vez, empreendeu um enorme esforço para recuperar-se da derrota sofrida no 8º EN e reconquistar a maioria em diversos diretórios importantes (inclusive o do estado de São Paulo). Mas sua capacidade aglutinadora baseia-se quase que exclusivamente no fato de poder formar, em torno de importantes personalidades, uma maioria capaz de conciliar diferentes projetos e interesses.

Essa ambiguidade no plano da orientação política explica como a Unidade na Luta foi capaz, no processo de preparação do 10º Encontro, de "engolir" boa parte da tendência Democracia Radical - cujas práticas, ideologia e posições políticas perderam toda relação com a luta dos trabalhadores e expressam a adesão à modernização liberal.

Sua ambiguidade é particularmente preocupante no plano da construção partidária, fingindo desconhecer e assim legitimando às práticas descaracterizadas da vida e da democracia interna que o eleitoralismo implica, uma omissão imperdoável para uma corrente que tenta voltar a ser a maioria da direção do partido.

Sabemos que as práticas que vão se acumulando são, no mais das vezes, muito mais definidoras do que as resoluções de encontros. O 10º EN prenuncia, portanto, uma dura polarização em torno do tema do partido que queremos construir: uma máquina eleitoral desideologizada, pragmaticamente adaptada ao jogo político dominante; ou um partido militante, colado nas lutas sociais, que reconstrua as condições para lutar pelo poder e empreender uma revolução na sociedade brasileira. □



ENCONTRO
NACIONAL
DO PT



O 10º EN assistirá uma dura disputa sobre o partido que queremos: máquina eleitoral adaptada ao jogo político ou partido militante, colado nas lutas sociais, lutando pelo poder.



SEBASTIÃO SALGADO



O debate político do 10º EN

CARLOS HENRIQUE ARABE

Uma nova pauta se impõe: a reelaboração do projeto para o país; uma nova política de acumulação de forças sociais; e uma profunda reorganização do partido baseada na auto-organização popular

O 10º Encontro Nacional é um momento decisivo para recuperar a capacidade do partido responder aos desafios de uma conjuntura nova e muito difícil. Uma nova pauta política se impõe, abarcando uma reelaboração estratégica de projeto para o país; uma nova política de acumulação de forças sociais; e uma profunda reorganização programática e organizativa, que recoloca o partido em condições de se construir com base na auto-organização dos explorados e oprimidos.

Estas são tarefas que emergem de um balanço do resultado de 1994. É claro que as respostas e mesmo a formulação dos problemas diferem entre os vários campos de opinião. Mas desde logo já temos uma importante diferença entre as teses apresentadas: uma das principais, a da Articulação-Unidade na Luta, simplesmente não se dá ao trabalho de expor sua avaliação sobre o processo que culminou na disputa de 94. Dá seguimento ao comportamento que adotou logo após o resultado eleitoral, evitando também definir-se com clareza frente ao novo governo.

Evolução das posições

É possível dizer que houve uma evolução positiva, para a esquerda, das posições em relação ao novo governo e à compreensão do novo período. Positiva mas parcial.

O momento seguinte ao 1º turno foi a definição da posição do partido no 2º turno em estados importantes (SP, MG, RJ). Apesar de estarmos disputando no RS e DF contra aliados de FHC, o PT, por maioria, apoiou o partido de FHC em MG e SP. Ao lado disso, as primeiras avaliações sobre o novo governo prosseguiram na crítica, não ao núcleo programático deste governo, mas às suas alianças “à direita”.

As teses apresentadas ao 10º Encontro Nacional, à exceção da Democracia Radical (analisada mais adiante), refletem um posicionamento bastante alterado em relação ao momento do 2º turno. A caracterização do novo governo adquire mais clareza, identificando o núcleo do governo como neoliberal. O que

já era evidente para as posições à esquerda passou a ser parcialmente assumido pela Articulação-Unidade na Luta. Este passo adiante, no entanto, é turvado pela associação entre esta corrente e a Democracia Radical (ver pg. 6 e 7) e pela ânsia “propositivista” que acaba sendo o seu eixo de abordagem da contra-reforma constitucional encaminhada por FHC. O debate dos rumos da ação oposicionista ganhará assim uma dimensão maior que o aspecto da caracterização da nova situação; será a partir da definição destes rumos que deveremos apreciar as caracterizações sobre o projeto neoliberal em nosso país.

De outro lado, do ponto de vista da relação com a base social do partido a evolução é preocupante. O principal acontecimento social do período, a greve dos petroleiros, encontrou um suporte frágil do partido. Mesmo estando ao lado dos grevistas e condenando o caráter reacionário do governo FHC, posições confusas se expressaram no PT nos momentos mais críticos. Nas teses, o tema da recomposição dos movimentos sociais é tratado com ênfase, mas ainda da forma tradicional, isto é, que destacam sua importância mas não aprofundam o debate de saídas face à crise organizativa e social destes movimentos.

Reorganização partidária

Na questão da organização partidária a evolução é claramente negativa. Mais do que o que está escrito nas teses, fala mais alto a prática dos encontros. A exacerbação e a antecipação de disputas de candidaturas majoritárias para 1996 levou à reintrodução, mais ou menos generalizada, de formas francamente antagônicas a tudo que o partido defende: o uso e abuso do poder econômico, com a contratação de frotas de kombis e “bestas” para levar filiados, inchamento de listas de filiados criando uma absurda desproporção na representação de base (por exemplo uma cidade, Diadema, teve mais de 20% dos delegados aos Encontro Estadual de SP), individualização e personificação das disputas (reduzindo o debate político a mera formalidade, esvaziando o plenário à espera do momento de votação do presidente). Este processo, que a tese da Opção de Esquerda chamou de “americanização”, pela sua intensidade e ocorrência no principal estado - ainda que não seja a realidade de todos os estados - deve implicar num vigoroso movimento de defesa da democracia partidária. Assim, o tema da reconstrução partidária ganha um peso decisivo neste 10º Encontro.

As teses em geral proclamam a necessidade de uma ampla reformulação organizativa. Mas diferem profundamente na análise e nas orientações daí decorrentes. É possível distinguir dois campos principais de formulação. A tese da Articulação-Unidade na Luta põe como problema central a “abertura” do partido para a sociedade. Esta “fórmula” pode significar muitas coisas, desde uma maior diluição (se caminha no sentido das teses organizativas da Democracia Radical) até uma justa preocupação com a participação partidária dos trabalhadores e dos excluídos. As medidas organizativas propostas são extremamente vagas e não esclarecem o sentido da “reforma” do partido que propõem.

De outro lado, a tese da Opção de Esquerda (e,



SEBASTIÃO SAIGADO

nesse sentido, é acompanhada pela tese inscrita em nome do Na Luta PT) centra-se na crítica à institucionalização partidária e é polarizada pela idéia de um reforço programático socialista e pela busca de um novo equilíbrio para o trabalho partidário, com iniciativas para a revitalização de um movimento de massas anti-capitalista. A formulação ainda está muito concentrada na avaliação de uma dinâmica e requer mais precisão das propostas organizativas.

O discurso e a prática

Um dos aspectos que sempre mereceram atenção na história do PT é a relativa distância entre os momentos de reflexão e definição de resoluções - os encontros - e a prática posterior do partido. Os documentos em geral refletem um grau de consciência e coerência com os objetivos socialistas maior do que a prática partidária. Em parte porque entre estes dois momentos opera a questão organizativa e a capacidade de direção, um nó sempre presente na nossa história. Em parte porque setores minoritários na representação interna detinham posições de força na representação partido e se opunham a representa-lo de acordo com suas resoluções. Mas esta distância também ocorria porque o debate político nos encontros era de tal forma pressionado pela base partidária que obrigava à uma "esquerdização" das formulações.

Hoje há sinais extremamente preocupantes de uma alteração, para pior, nesta dinâmica. O que dizer, por exemplo, de uma tese que proclama a rejeição do neoliberalismo mas que tem como principal aliada nas disputas internas, ou seja, nos compromissos de direção, uma tese identificada com a modernização e o mercado? É isto o que se passa com a associação entre a Articulação (Unidade na Luta) e a Democracia Radical. Qual o efeito de polêmicas ruidosas mas infelizmente com escassos resultados para a afirmação de posições do partido, como a estabelecida entre um dos candidatos a presidente nacional do PT, José Dirceu, e o José Genoíno (este chamado de 16º vice-líder do governo por aquele), para, em seguida, nos encontros suas respectivas correntes estarem unidas em um mesmo campo nas votações mais importantes?

O risco de transformar os encontros em manipulações publicitárias e em desconectar discurso de convicções políticas e compromissos de direção é uma das tristes novidades do processo recente no partido. Na verdade o risco maior é o de esvaziar politicamente o papel dos encontros como momentos de maior consciência do partido.

A direita...bem mais à direita

Não de todo inesperado, o setor mais à direita do PT traz uma evolução significativa de suas posições. Infelizmente para muito pior. À parte o fato de em nenhum momento de sua tese se colocar uma postura mínima de oposição ao governo FHC, passa a sustentar, sem meias palavras, uma adesão ao mercado e à modernização.

É assim que aparece o elogio ao mercado "socialmente orientado como base para a conquista de uma vida melhor para todos". Na linha da desconexão, este seria um dos fundamentos para se repensar um socialismo democrático...

Mais claro ainda é a defesa de participar da modernização: em primeiro lugar, tentando defini-la como um processo "objetivo" (afinal, onde está a antiga crítica ao determinismo?) cuja direção pode

ser disputada. Neste esforço de caracterizar um movimento histórico inevitável apresenta como determinante as "novas tecnologias de produção e de gestão empresarial" (obviamente também algo visto como "neutro"). A modernização capitalista ganha, assim, ares de movimento civilizatório. Mesmo nos manuais neoliberais é difícil encontrar tal apologia. Os autores da tese da Democracia Radical sequer se lembraram de constatar o terror vivido pelo mundo do trabalho a partir do processo de reestruturação capitalista, criando novas formas de alienação, estabelecendo um desemprego permanente, segregando por razões étnicas e econômicas parcelas da população, excluindo zonas inteiras do planeta de qualquer benefício cultural e material que o progresso técnico poderia proporcionar, ampliando o número de guerras, etc, etc.

A rigor, de direita do movimento social dos trabalhadores (como ainda poderiam ser consideradas as posições deste setor à época do 1º Congresso), as recentes teses da Democracia Radical podem ser caracterizadas, no máximo, como uma ala esquerda (moderada) do liberalismo.

A tese da Opção de Esquerda

A tese inscrita pela Opção de Esquerda deixou claro, já na sua introdução, o propósito de recolher novas contribuições para desenvolver as propostas ali esboçadas. O encaminhamento tomado pela Executiva Nacional, estabelecendo uma nova rodada para complementação das teses, reforça esta necessidade.

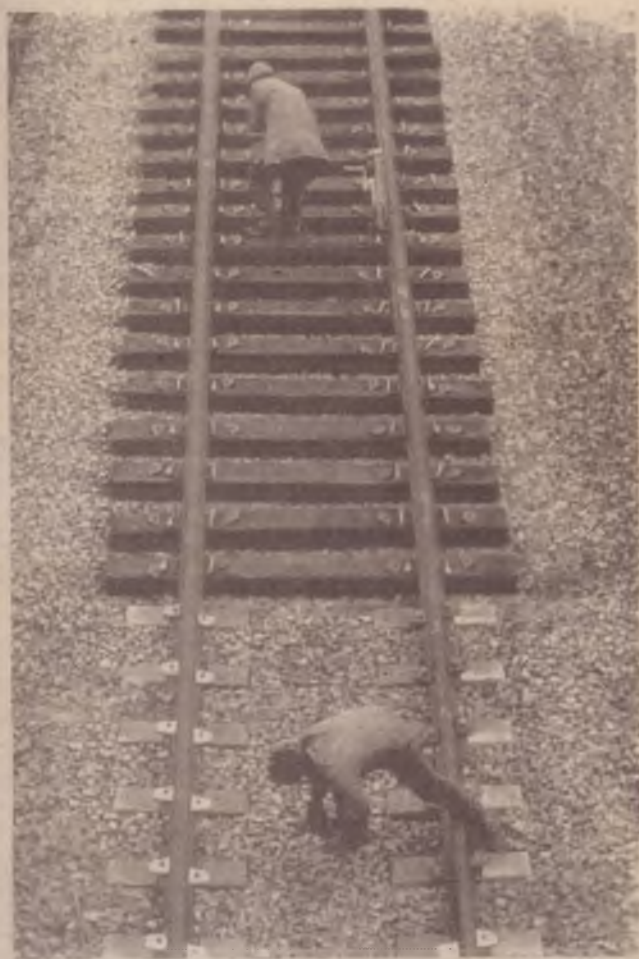
Nesse sentido, destacamos os seguintes temas para detalhamento:

- uma análise da situação internacional e das tarefas internacionalistas do partido, em especial no contexto do Mercosul. É importante desenvolver aqui uma mudança de referencial na articulação internacional impulsionada através do Foro de São Paulo, onde ao contrário de priorizar as relações pelo cálculo de potencial eleitoral dos vários partidos deve ganhar principalidade a cooperação internacionalista para ações solidárias entre os trabalhadores e para a formulação de um projeto alternativo ao neoliberalismo em escala internacional;

- a definição mais clara do comportamento tático do partido para enfrentar as próximas etapas da contra-reforma neoliberal. Imprescindível, ao lado do que a tese aponta (uma oposição global às reformas e a negação a uma tática negociadora no congresso), é articular junto ao movimento social uma pauta alternativa e de mobilização;

- a apresentação de forma bem mais concreta de proposições para reverter o que chamamos na tese de riscos de "americanização" na prática partidária, especialmente no que se refere às normas para os encontros (punindo rigorosamente o uso do poder econômico, entre outras medidas) e às proposições visando reconstituir em nosso partido o caráter coletivo e socialista que sempre nos animou.□

O risco de transformar os encontros em manipulações publicitárias e em separar o discurso das posições políticas e compromissos de direção é bem real.



As recentes teses da Democracia Radical podem ser caracterizadas, no máximo, com as de uma moderada ala esquerda do liberalismo.



Crônica do PT antes do 10º EN

JOAQUIM SORIANO

As posições médias do partido face ao governo FHC melhoraram, mas persiste a pergunta: com que partido vamos atuar? O poder econômico tem um peso cada vez maior no PT.

A capacidade aglutinadora da Unidade na Luta baseia-se principalmente em poder formar uma maioria que dê governabilidade ao partido.

Pela 10ª vez em quinze anos de vida, o PT reúne-se para decidir seus rumos. 5.900 militantes participaram dos encontros estaduais e mais de 100 mil filiados dos encontros de base. 425 delegados e delegadas de todo o país são esperados em Guarapari (ES) entre os dias 18 e 20 de agosto, quando terão a responsabilidade de armar o partido para enfrentar o governo FHC e seu projeto de reestruturação capitalista.

O PT avançou nos últimos meses. O 1º de janeiro de 1995 - quando Fernando Henrique assumiu a presidência com ares de que não havia oposição - faz parte do arquivo morto. A crença de setores importantes do PT de que o problema do governo residia na sua parte PFL e que do presidente e de seu PSDB poderia ser cobrada uma política social abrangente foi enterrada na curta experiência de seis meses. Hoje, aparentemente, há mais unidade no PT na caracterização do governo como direção burguesa para implementar um "ajuste" neoliberal.

Reside, no entanto, um pensamento difuso - mais elaborado no caso da tendência Democracia Radical - que não vale a pena lutar globalmente contra este projeto "vitorioso" em toda parte.

Se mais unidade tem o PT para efetivar oposição ao governo federal, muitos problemas persistem, quando se pergunta com qual partido? As forças que atraem o PT para transformar-se num partido exclusivamente eleitoral são enormes.

Mas o que mais afasta o PT de qualquer projeto semelhante àquele que lhe deu origem é, hoje em dia, o uso e abuso do *poder econômico* determinando encontros de base do partido. O uso de caminhões, ônibus, kombis e bestas para transportar filiados até a urna do encontro; pagar a contribuição financeira (anuidade) para filiados "levados" até o encontro; não realizar nenhuma discussão com a maioria dos filiados que votam, aproximam o PT dos partidos burgueses tradicionais. Tais práticas são coveiras do PT. São as que reforçam o partido dos

"notáveis", dos prefeitos, dos parlamentares. Fazem um partido de corte eleitoral, ademais ineficaz, porque só eleitoral para alguns!

Crescimento da Unidade na Luta

O processo preparatório ao 10º Encontro Nacional do PT foi marcado pela aliança entre as tendências "Unidade na Luta" e "Democracia Radical".

A "Unidade na Luta" prepara-se há alguns meses, através de reuniões nacionais e estaduais, para retomar a direção do partido no plano nacional e em alguns estados, como São Paulo. A capacidade aglutinadora desta corrente baseia-se, quase que exclusivamente, no fato de poder *formar uma nova maioria que dê governabilidade ao PT*. Não no sentido de buscar uma plataforma política majoritária que dirija o PT para atravessar este período difícil, mas para organizar uma maioria principalmente porque pretende ser *a maioria*. Reune na mesma chapa em São Paulo, a nível estadual, por exemplo, o ex-prefeito de Diadema e hoje Deputado Federal, José Augusto, e o atual prefeito da mesma cidade, Filipe, em uma guerra aberta pela sucessão e utilizando todos os recursos nesta disputa.

Em *primeiro* lugar, o crescimento da "Unidade na Luta" se dá pela incorporação de parte da delegação do Pará que no 8º Encontro votou com a "Opção de Esquerda". Foi uma perda irreparável para o nosso campo e esperamos um diálogo aberto para retomarmos um trabalho" a construção do PT.

Em *segundo* lugar, tem se dado principalmente pela integração em vários estados de setores que antes se identificavam com a "Democracia Radical". Este processo de mescla é visível no Rio Grande do Sul, Ceará, Espírito Santo e Paraná. Ocorre uma nova reidentificação com a "Unidade na Luta", mas isso não significa que as idéias da "Democracia Radical" tenham sido abandonadas. Muito pelo contrário, estas novas correntes são hegemônicas pelo ideário da "Democracia Radical".

Do Rio Grande do Sul vem um exemplo destado. "PT Amplo" ("Democracia Radical" mais "Unidade na Luta") fez campanha em Porto Alegre defendendo eleições diretas para presidente do PT. Contra a "burocracia", mas a favor de eleger presidente Adeli Sell, que está em executivas do PT há mais de dez anos! Nenhuma palavra sobre limite para mandatos dentro e fora do partido. A "Opção de Esquerda" lançou o nome de Olívio Dutra para presidente do Diretório Estadual e o "PT Amplo" manteve a sua candidatura estreita até o fim! Olívio venceu por larga margem fortalecendo o PT e o povo gaúcho na luta contra Britto e FHC.

Um *terceiro* fator que conta para o crescimento do "Unidade na Luta" foi o deslocamento de um setor da Articulação de Esquerda na cidade de São Paulo. Parte desta corrente deu os votos necessários para a vitória da "Unidade na Luta" na presidência do Diretório Municipal contra a candidatura de Sonia Hypólito, da própria Articulação de Esquerda. E no 11º Encontro Estadual de São Paulo, estes companheiros, novamente, não somaram com a "Opção de Esquerda" (ver pág.10).



SEBASTIÃO SALGADO

Dificuldades da esquerda

A paralisia da "Opção de Esquerda" desde o fim da campanha eleitoral - motivada pelas divergências da Articulação de Esquerda em São Paulo - bloqueou o movimento para consolidar um "campo" de esquerda amplo dentro do PT, capaz de congrega diversos militantes que não se identificam com uma corrente de opinião em particular, mas podem ser ativos e solidários na defesa de alguns temas suficientes para marcar diferenças frente ao rumo descaracterizador do PT que vivemos.

De outro lado, temos o esfacelamento do movimento "Na Luta PT!". Tratava-se de um agrupamento heterogêneo, com postura estritamente defensiva, em torno da manutenção do "PT das origens". Quando foi necessário ter posição de alcance estratégico, rachou. No município de São Paulo apareceram com duas chapas. No estadual também estavam divididos.

Lula afirma que não continua como Presidente Nacional do PT. A "Unidade na Luta" lançou o nome do ex-secretário geral nacional do PT José Dirceu, como candidato à presidência nacional. Pela dinâmica dos encontros estaduais, pela pouca disposição do "Unidade na Luta" em discutir uma política de organização do PT com outras correntes e pela aliança prioritária que escolheu com a "Democracia Radical", a "Opção de Esquerda" deve lançar uma candidatura à presidência nacional.

Resultados de alguns encontros

Rio Grande do Sul: A "Opção de Esquerda" elegeu Olívio Dutra presidente do PT estadual. Tem a maioria dos delegados (ver pg.11).

Santa Catarina: A "Opção de Esquerda" elegeu Luci Choinascki presidente do PT estadual e tem a maioria dos delegados.

Paraná: Uma mescla entre "Unidade na Luta" e "Democracia Radical" elegeu Samek presidente estadual e fez a maioria dos delegados. Três candidatos concorreram a presidência: o deputado federal Paulo Bernardo (da chapa de Samek) ficou em 3º lugar. Em 2º ficou o deputado estadual, Dr. Rosinha da "DS" e da "Opção de Esquerda"

São Paulo: A "Unidade na Luta" fez 46% do Encontro Estadual e com o apoio da "Democracia Radical" elegeu o deputado federal João Paulo Cunha presidente. O companheiro Zica, deputado federal, apoiado pela esquerda fez 35% e Sérgio Amadeu, apoiado por parte da "Articulação de Esquerda", fez 9% dos votos. A "Unidade na Luta" ganhou, comemorou e foi saudada por editorial da **Folha de São Paulo** (ver pg. 10).

Rio de Janeiro: Numa situação de crise profunda, ainda vivendo o rescaldo do processo eleitoral de 1994, elegeu para presidente do PT, Godofredo da Silva Pinto (ex-deputado estadual), da Opção de Esquerda.

Minas Gerais: O encontro estadual elegeu o deputado federal Tilden Santiago presidente do PT estadual contra o candidato da Unidade na luta. É a segunda delegação ao encontro nacional.

Espírito Santo: O campo de esquerda que pré-existe à formação da "Opção de Esquerda" (pois lá a velha Articulação rachou antes), que incorpora a Força Socialista, perdeu a presidência por 10 votos. Perdeu também a presidência do PT de Vitória.

Bahia: Zezéu, vereador da capital, candidato ao Senado em 1994, foi eleito presidente do PT estadual. Para tal vitória a "Unidade na Luta" mais os resquícios da "Democracia Radical" receberam o apoio dos que se identificam no estado com a "Articula-



SEBASTIÃO SALGADO

ção de Esquerda". Perdeu por pouco o deputado estadual Nelson Pelegrino, candidato da esquerda.

Alagoas: Heloisa Helena, deputada estadual, ex-vice prefeita de Maceió, DS e da "Opção de Esquerda" foi eleita presidenta do PT estadual. Cai o domínio de 15 anos da "Articulação" no estado.

Pernambuco: A DS e seus aliados conseguiram um ótimo resultado no encontro da capital, fazendo o presidente do PT de Recife, Oscar. No encontro estadual este campo era majoritário, mas fez acordo para eleger Jader presidente do PT estadual.

Paraíba: A esquerda ganhou, mas a direita está pedindo a impugnação do encontro. Os delegados se credenciaram ao Encontro, participaram de votações atinentes à delegação presente e quando perdem uma votação, conclamam que delegados legiti-

mamente eleitos ao encontro estadual se retirem. A instância máxima do PT no estado estava reunida. As divergências que persistissem sobre a legalidade das delegações poderiam ser resolvidas no encontro. Quando a posição de analisar caso a caso perdeu para a definição de critérios, parte do plenário se retirou. O encontro continuou, recolheu em separado os votos das delegações questionadas para posterior análise. Elegeu o vereador da capital Avenzoar Arruda, ex-candidato ao governo da Paraíba em 94, presidente estadual do PT. □

Joaquim Soriano é membro do Diretório Nacional do PT.

Delegados eleitos (e presentes) nos Encontros

| Estado | Estadual 94 | Estadual 95 | Nacional 94 | Nacional 95 |
|-----------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| Acre | | 39 | 3 | 3 |
| Alagoas | | 45 | 3 | 3 |
| Amapá | | 20 | 2 | 1 |
| Amazonas | | 62 | 2 | 3 |
| Bahia | 255 | 260 | 30 (28) | 19 |
| Ceará | 248 (204) | 278 | 18 (17) | 20 |
| Dist. Federal | | 105 | 6 | 8 |
| Esp. Santo | 156 | 230 | 10 | 16 |
| Goiás | (246) | 262 (204) | 16 (15) | 16 |
| Maranhão | | 150 | 7 | 9 |
| Mato G. do Sul | 85 (82) | 114 (111) | 7 | 14 |
| Mato Grosso | | 96 (74) | 4 | 6 |
| Minas Gerais | 540 (460) | 670 (618) | 56 (54) | 48 |
| Pará | 134 (115) | 150 (110) | 17 | 8 |
| Paraíba | | 180 (146) | 6 | 11 |
| Paraná | (158) | 230 (194) | 21 (20) | 15 |
| Pernambuco | | 190 (185) | 12 | 14 |
| Piauí | 102 | 150 (147) | 5 | 11 |
| Rio de Janeiro | | 210 (188) | 31 | 13 |
| Rio G. do Norte | | 52 (47) | 4 | 4 |
| Rio G. do Sul | 477 (387) | 460 | 33 | 33 |
| Rondônia | 131 (127) | 93 (81) | 6 | 6 |
| Roraima | | 9 | 1 | 1 |
| Sta. Catarina | | 200 (164) | 14 | 13 |
| São Paulo | | 1500 | 108 | 102 |
| Sergipe | | 74 (65) | 3 | 5 |
| Tocantins | (60) | 45 | 3 | 2 |
| Exec. Nacional | | | 21 | 21 |
| Total | | 5.874 | 449 | 425 |

10^o
PT**ENCONTRO
NACIONAL
DO PT**

Eleições 96: reatar com a luta

FÉLIX RUIZ SANCHEZ

As eleições de 1996 servirão de teste de popularidade do governo FHC e dos seus aliados nos estados e municípios. A definição correta da estratégia na próxima eleição é muito importante para o fortalecimento do PT enquanto pólo de resistência ao projeto neoliberal. Temos que traçar uma estratégia que objetive acumular forças, reaglutinar aliados no campo social e político, demarcar no terreno ideológico e programático e mostrar o vínculo entre as políticas neoliberais e a piora da qualidade de vida da população.

O caráter municipal das próximas eleições pode servir para restabelecer um debate sobre o caráter excludente das políticas aplicadas pelos governos. É na capacidade de expressarmos a revolta e a indignação contra a degradação das condições de vida da maioria que poderemos tomar de maneira afirmativa a elaboração de um projeto igualitário, universalizador, anti-capitalista e socialista.

Com a derrota eleitoral que o partido sofreu em 1994 e a ofensiva das classes dominantes ao longo deste ano, o PT tem perdido pontos de apoio junto a setores sociais, dos "excluídos" até segmentos da classe média, passando pela intelectualidade e por setores organizados da classe trabalhadora. Um desgaste que não obedece apenas à derrota

eleitoral mas também às debilidades ideológicas, programáticas e organizativas que o PT vêm conhecendo já há alguns anos.

Acumular força social

É urgente que o partido encare de vez a retomada da construção partidária com prioridade para recompor vínculos com os setores sociais em luta. É necessário reverter o distanciamento crescente do movimento vivo da sociedade. A dinâmica eleitoral fez com que o partido abandonasse o investimento na politização e organização da militância que atua nos movimentos sociais. As secretarias que deveriam cumprir essas tarefas, como formação política, nucleação, sindical, movimento popular, via de regra, não são as que contam com a prioridade política e material das direções.

A mediação do partido com as lutas sociais tem se dado de modo crescente através dos mandatos parlamentares e dos executivos, deslocando para fora do espaço coletivo de decisão e de ação que as ins-

tâncias oferecem, a responsabilidade de orientar a atuação dos ativistas em luta. Essa situação corroe uma referência fundamental para a vitalidade do projeto socialista: a do partido orgânico à classe trabalhadora e demais segmentos populares e democráticos. Reverter essa situação significa recuperar a ousadia de fazer do PT o espaço privilegiado para a educação política dos lutadores sociais do nosso país. Significa investir com prioridade em projetos de formação, de comunicação e de organização voltados sobretudo para reforçar os laços do PT com os que se organizam para lutar.

A luta social em novo patamar

É urgente atualizarmos nossas elaborações sobre concepção e estratégia dos movimentos sociais, popular e sindical. O partido precisa reconstruir o horizonte político que organiza e confere sentido a esses movimentos. No caso do movimento sindical, é importante alargar o espectro das pautas de luta de modo a reconhecer a centralidade da classe enquanto moradora da cidade, incorporando a estratégia e a prática sindicais questões como, por exemplo, o acesso a serviços sociais e a democratização dos mecanismos de financiamento da cidade.

No caso do movimento popular, o partido precisa elaborar uma linha política que impulse a maior articulação das lutas urbanas, superando os limites da luta reivindicativa e setorializada. O apoio a construção da Central de Movimentos Populares e a prioridade do partido para a implementação de formação política, a articulação das lideranças petistas do movimento e o reforço à organização setorial formam a pauta básica para a retomada de um plano de construção do partido no movimento popular urbano. Esta reorientação deve cumprir um papel na mudança da cultura partidária. É preciso recuperar os núcleos, diretórios de base e setores para uma disputa ampla de massas na cidade.

Uma alternativa de comunicação

Numa sociedade de massas onde a grande maioria da população tem uma educação deficitária e está exposta ao bombardeio despolitizador da mídia eletrônica, a formulação de um projeto de comunicação é vital para o avanço da luta. Acumular força social e capacidade de polarização política supõe garantir os recursos de comunicação e de informação que possibilitem travarmos uma disputa real junto a setores amplos.

As novas tecnologias no campo da informática e da comunicação, hoje muito mais acessíveis para o movimento e a população, devem ser mobilizadas para serem um veio efetivo de democratização das informações que bancadas, instâncias de direção, ONG's, centros de pesquisa, universidades e outras instituições, produzem e raramente socializam.

No mesmo sentido, o engajamento efetivo na luta pela democratização da comunicação significa encorajar e investir na instalação de rádios e tv's comunitárias e de movimentos. Otaviano Carvalho salientou em um artigo no número anterior de **Em Tempo** que: "não é exagero afirmar que existem mais de mil rádios livres em todo o Brasil. Esta situação tem



CARLOS VERGARA

**Temos que
acumular forças,
reaglutinar
aliados no campo
social e político,
demarcar no
terreno ideológico
e programático e
mostrar o vínculo
entre as políticas
neoliberais e a
queda na
qualidade de vida
do povo.**

obrigado o próprio Ministério das Telecomunicações a fazer vista grossa, e somente em poucos casos a fiscalização age. Porém, é necessário avançar cada vez mais... É chegada a hora do PT e dos demais partidos da esquerda se articularem, e juntos planejem uma verdadeira guerrilha eletrônica neste país”.

Alianças político-eleitorais para 1996

Na conformação das alianças político-eleitorais o PT deve estabelecer como pré-condição o compromisso dos partidos com uma intervenção conjunta na luta social e institucional. O seu eixo é a exigência de um compromisso oposicionista claro em relação ao PSDB, ao governo FHC e seus aliados nos estados. Esta orientação deve ser deliberada pelo 10º Encontro Nacional e aplicada inclusive nas situações em que temos coalizões, em governos municipais, com este partido. O PT deve, ainda sobre isso, combater posições dúbias dos pequenos partidos (como por exemplo o PSB, aqui em São Paulo).

O PT deve recusar a aliança com partidos que apoiam o governo FHC ou os governos estaduais aliados. Devemos deixar claro que combatemos o PSDB, que este partido não é mais “um campo em disputa” como afirmava a resolução do 8º Encontro Nacional de 1993. O enfrentamento ao PSDB deve ser travado também em torno da implementação do projeto “Comunidade Solidária”, um projeto orientado a enraizar os tucanos nos municípios.

Disputas descaracterizadoras

Combater o desvirtuamento despolitizador das disputas internas é outro aspecto que deve merecer a atenção, principalmente face as prévias de filiados que deliberarão a escolha dos candidatos majoritários em vários capitais e municípios importantes. O partido precisa definir com clareza e pulso firme as regras do jogo aceitáveis para a disputa das candidaturas. Face à vergonhosa prática do aliciamento eleitoral e o transporte de filiados para os encontros de base que chegou ao auge no recente processo de renovação das direções em cidades administradas pelo partido, como Diadema, São José dos Campos, Santos, e outras pelo país afora, o partido deve aprovar no 10º Encontro Nacional uma regulamentação mais severa, proibindo o transporte de filiados sob pena de impugnação sumária das chapas responsáveis. É urgente, também, atualizar o debate sobre as prévias, estabelecendo critérios rigorosos para a participação de candidatos e filiados. É necessário restabelecer o verdadeiro objetivo, democrático, da consulta aberta aos filiados e militantes, combatendo a tendência as práticas características dos partidos tradicionais e suas máquinas eleitorais.

Na montagem da campanha e na definição da estratégia eleitoral deve-se reforçar o papel das direções, combatendo seu esvaziamento pelos comitês de majoritários. É importante reafirmar os foros partidários na condução das campanhas, na definição das prioridades do governo e na escolha do primeiro e segundo escalões do governo.

O fortalecimento das bancadas enquanto instrumentos coletivos de construção partidária também é importante para que o PT consiga avançar na renovação de sua organização. Os vereadores devem ser tratados como dirigentes político-partidário com deveres e direitos semelhantes aos dos membros das instâncias dirigentes. O partido deve comprometer seus parlamentares na construção cotidiana de suas políticas e fazer dos mandatos um instrumento para o fortalecimento da referência partidária nos movi-

mentos e na sociedade. A montagem de assessorias coletivas de bancada com recursos humanos qualificados e um acompanhamento efetivo das lideranças e direções pode contribuir para restabelecer laços políticos do PT com os movimentos sociais.

O combate ao projeto neoliberal

Todo esse esforço exige a elaboração de um plataforma global de oposição à desordem neoliberal no plano municipal que governos conservadores, do PSDB ao PPR, vem promovendo, a construção de um programa de defesa das conquistas democráticas e sociais que governos como os de Maluf em São Paulo vem tentando desmontar.

São pontos importantes dessa pauta programática: 1) a luta pela reforma tributária, com a aplicação do IPTU progressivo, a criação de fundos para o financiamento das políticas sociais (saúde, educação, transporte, etc.), combatendo a onda regressiva e anti-popular expressa nas propostas de tributação com base na alíquota única; 2) a defesa das políticas públicas sociais como garantia de direitos e da defesa dos interesses da maioria da sociedade, contra a privatização ou concessão de serviços públicos essenciais ao setor privado (como é o exemplo, em São Paulo, do PAS e do desmonte do transporte público); 3) a defesa e ampliação de conquistas democráticas no plano da gestão da cidade (como o orçamento participativo de Porto Alegre).

O armamento do partido para enfrentar o processo eleitoral de 1996 é urgente e deve começar agora se quisermos romper e superar as limitações que tem se avolumado na relação do PT com os setores organizados do movimento. Uma nova articulação do PT com a luta social é condição para a retomada de um novo ciclo de acumulação de força social e política dos trabalhadores e dos setores populares. □

Félix Ruiz Sanchez é membro da Executiva Municipal do PT/SP.

Uma nova articulação com a luta social, que estreite os vínculos do PT com os movimentos, é condição para a retomada de um novo ciclo de acumulação de forças.



ESCOSTEGUY



O PT que a "Folha" gosta

FÁBIO PEREIRA

Depois de dois anos de maioria da aliança Opção de Esquerda/Na Luta PT, o Diretório Estadual de São Paulo volta ser dirigido por um bloco da *Unidade na Luta e Democracia Radical*. O 11º Encontro Estadual aprovou por maioria de 2/3 as principais teses apresentadas por esse bloco, contando, sempre que necessário, com o valioso apoio do setor da *Articulação de Esquerda - HV* liderado por Rui Falcão.

Participaram do Encontro 1326 delegados, que se dividiram em quatro chapas e três candidatos à presidência: Unidade na Luta - 46% e Democracia Radical - 10% se juntaram em torno da candidatura do deputado federal João Paulo Cunha (da Unidade na Luta); Opção de Esquerda e Na Luta PT - 34%, que apoiaram a candidatura do também deputado federal e petroleiro Luciano Zica (da Articulação de Esquerda); Articulação de Esquerda/Rui Falcão - 10%, que lançou a candidatura de Sérgio Amadeu, assessor da bancada estadual.

O debate principal foi o balanço da direção que encerrava seu mandato, e ainda assim com o foco na mais pura luta interna. A tese majoritária fugiu das grandes polêmicas que o PT precisa resolver no Encontro Nacional. Suas formulações sobre a conjuntura, a caracterização do governo FHC e o tipo de oposição que devemos fazer foram marcadas pela

ambigüidade. Ao final, retirou sua proposta e, juntamente com a Democracia Radical, votou a tese apresentada pelo setor liderado por Rui Falcão.

Construção deformada

A preparação do Encontro Estadual evidenciou a crise por que passa o PT em São Paulo. Apesar de minoritária na direção a *Unidade na Luta* imprimiu sua concepção de partido em importantes diretórios do Estado. Dirigindo a maioria dos mandatos e prefeituras, a *Unidade na Luta* estimulou a disputa interna através de métodos comparáveis ao que há de pior na política burguesa no país. Em alguns dos municípios governados pelo PT, usou e abusou do poder econômico e da manipulação a favor de suas chapas. "Kombis", "Bestas" e ônibus alugados para transportar filiados e churrascos gratuitos foram métodos da Unidade na Luta na disputa dos encontros.

Apesar do sectarismo da avaliação apresentada pela Unidade na Luta, é verdade que a Opção de Esquerda não conseguiu nuclear uma direção real para PT durante os dois anos em que fez parte da

maioria no DR. A maior dificuldade foi construir uma equipe de direção com capacidade e autoridade para dirigir o maior Diretório Estadual do país.

A raiz disso está nos problemas enfrentados pela força majoritária na Opção de Esquerda no Estado, a Articulação de Esquerda, que já a partir da prévia que escolheu o candidato do partido ao governo, em outubro de 1993, começou a perder capacidade de coesão e de intervenção na Executiva Estadual. Às divergências políticas que começaram a aflorar, somou-se o fato de que importantes membros da executiva foram candidatos, contribuindo para esvaziar a direção e sua capacidade real de dirigir o partido.

A Opção de Esquerda ficou paralisada por suas disputas internas, em especial a disputa dentro da Articulação de Esquerda, onde o setor liderado por Rui Falcão e Vacarezza acenou desde o final das eleições para uma aliança prioritária com a Unidade na Luta, encontrando resistência no setor liderado, entre outros, por Sônia Hipólito, Valter Pomar e Davi Capistrano.

Se do ponto de vista da construção partidária o resultado do Encontro é preocupante, apontando para o que Davi Capistrano chamou de "americanização" do PT (referindo-se à transformação dos partidos em meras máquinas eleitorais, baseadas no poder econômico), do ponto de vista político o resultado não é mais animador. Saudada em editorial pela *Folha*, a vitória da Unidade na Luta em São Paulo pode abrir caminho para a retomada da proposta derrotada em 1993 de uma "nova maioria" no PT em torno de posições mais ao gosto dos (neo)liberais que dos socialistas. A "oposição séria e com propostas viáveis", preconizada no editorial pela *Folha*, é a oposição que todo governo gostaria de ter. Sua ação, nos estreitos limites da ideologia neoliberal, legitimaria o projeto em curso. Afinal, de acordo com a *Folha*, os setores "pensantes" que ganharam o Encontro, ao contrário dos "jurássicos" que perderam, não se incomodam muito com as privatizações e o fim dos monopólios estatais.

Os novos desafios

O risco que devemos evitar é transformação do PT em simples máquina eleitoral, despida de projeto estratégico e de conteúdo de classe. Após o Encontro, o grande desafio da esquerda petista, em especial da Opção de Esquerda, é conseguir se reagrupar para enfrentar o cenário difícil que se avizinha. O segundo semestre vai colocar em debate questões centrais para a vida do Estado e do país. Covas prossegue na linha de desmonte do Estado, anunciando 30 mil demissões de funcionários concursados e a privatização do Banespa e das Companhias Energéticas do Estado. As discussões sobre a desindexação dos salários, as reformas tributária e da previdência podem abrir um período de maiores dificuldades para Fernando Henrique, aumentando as possibilidades de mobilização social e de contradições no bloco governista no Congresso. A resposta a esses desafios vai decidir os rumos do PT em São Paulo e no Brasil. □

Fábio Pereira foi secretário de organização do Diretório Estadual/SP na gestão 1993-1995



PHIL ADAMS

Dirigindo a maioria dos mandatos e prefeituras, a Unidade na Luta estimulou a disputa interna através dos piores métodos da política tradicional.

Porto Alegre é vermelha

LUIZ PILA VARES

O Encontro Municipal do PT de Porto Alegre reafirmou com todas as letras a vocação socialista e de esquerda do partido, com a vitória do campo Opção de Esquerda. Na realidade, o que se debateu nos dias que antecederam aquele que foi o segundo maior encontro da história petista na capital gaúcha (o maior foi o de 1988, que escolheu Olívio Dutra como candidato a prefeito) foi o caráter, o perfil do partido.

O chamado "PT Amplo e Democrático", que agrupa as tendências à direita, propõe uma ruptura com a história e as raízes petistas, esvaziando o PT de todo o seu conteúdo, propugnando uma forma política e organizativa gelatinosa e pragmática, praticamente abandonando toda e qualquer perspectiva socialista.

O debate mobilizou como nunca o conjunto do partido, com amplas discussões prévias em núcleos e zonais. O resultado final expressou nitidamente a vitória das teses defendidas pela Opção de Esquerda, que mantém, assim, a hegemonia no PT de Porto Alegre. Com efeito, o conjunto de forças que constituem o campo Opção de Esquerda (Democracia Socialista, Articulação de Esquerda, Esquerda Democrática e independentes) insistiu sempre em aprofundar o debate, com ênfase na análise do capitalismo contemporâneo e, particularmente, a situação brasileira.

Perspectiva revolucionária

Assim, chegou-se à conclusão de que é evidente que vivemos uma época de profundas transformações, as quais alteram a própria estrutura da Capital. Estas transformações, porém, longe de significar um avanço e colocar um fim na possibilidade do socialismo, mais do que nunca estão a exigir a refundação da utopia e da perspectiva revolucionária. Trata-se de uma nova época histórica e só se pode responder aos desafios que ela nos coloca com respostas novas. Estas respostas novas não se encontram nos receituário social-democrata e neoliberal. A busca de um novo programa para a sociedade brasileira ligase à trajetória do PT, forma política profundamente original e heterodoxa, que se tornou a grande esperança para as massas e uma referência fundamental para a reconstrução da esquerda em nível mundial.

Por isso mesmo, é preciso pensar permanentemente o PT. Nenhum partido político é imune à doença senil da burocratização. O PT se construiu no pluralismo, na diversidade e no clima da mais ampla democracia interna, sendo a resposta prática aos modelos stalinistas de partido político. Em seus 15 anos de vida, o PT influenciou decisivamente a vida política brasileira. Mesmo assim, sintomas perigosos de senilidade começam a ameaçar o organismo, debilitando o conjunto do partido ao seu caráter rebelde e intransigente na luta de classes.

Não ao "partido de eleição"

Ou seja: nossos crescimentos e nossas vitórias na "guerra de oposições", a participação nas instituições políticas do Estado capitalista, não podem alterar nossa vocação de partido socialista ligado à luta

quotidiana das massas. Não podemos nos transformar em um "partido de eleições", para o qual só contam os legislativos, os executivos e os aparelhos institucionais. Crescemos e nos tornamos referência insubstituível no Brasil justamente porque mostramos à sociedade que somos diferentes dos outros partidos. Surgimos para transformar o senso comum, buscar uma nova hegemonia e construir um bloco histórico que seja alternativa à atual dominação das elites.

Trata-se, pois, de consolidar uma proposta petista que seja radical, profundamente radical, no sentido de "mudar a vida", e, ao mesmo tempo, flexível, capaz de construir alianças que culminem a um autêntico projeto democrático-popular. Nossos adversários na disputa interna em Porto Alegre caminharam em outro sentido. Propõem um PT descharacterizado, sem rosto, gelatinoso. A base petista decidiu: na cidade vermelha que é Porto Alegre, o PT não desbotou sua bandeira. □

Luiz Pila Vares é presidente do PT de Porto Alegre



EDWARD WESTON

Vitória da Opção de Esquerda

O Encontro do PT de Porto Alegre, ocorrido nos dias 1 e 2 de julho passado, reuniu 1150 filiados (dos 1560 que participaram nos encontros zonais, setoriais e de núcleos). Três chapas se apresentaram para disputar democraticamente o novo Diretório Municipal do partido: uma das correntes PT Na Luta e Na Vida, Força Socialista e o Trabalho, obteve 18,63% dos votos; a chapa do Opção de Esquerda, alcançou 42,24% e a terceira chapa, do PT Amplo e Democrático, teve 39,13%. Para a sucessão de Iria Charão na presidência do PT-POA, foi eleito por grande maioria o ex-Secretário Municipal da Cultura, Luiz Pila Vares.

O Encontro Estadual do PT de 28,29 e 30 de julho passado, teve a presença de 430 delegados, representando mais de 200 encontros municipais e foi o

maior já realizado pelo partido no Rio Grande do Sul.

Com uma saudação do Lula aos delegados do Encontro, os debates foram abertos no sábado e prosseguiram pelo domingo de forma acalorada, aprovando-se resoluções que definem as linhas de atuação do PT para o próximo período, com perfil socialista, de luta e oposição clara aos governos FHC e Britto.

A nova direção estadual do partido foi eleita proporcionalmente, a partir da disputa democrática de três chapas: a de Opção de Esquerda foi vitoriosa com 60% dos votos, o PT Amplo e Democrático obteve 32%, enquanto uma terceira chapa, formada pelas correntes PTNLV, TM e CST, teve 8% dos votos.

O companheiro Olívio Dutra foi eleito presidente do PT de forma consagradora, pelo voto de 70% dos delegados.



Nem brincando, nem enganando



SEBASTIÃO SALGADO

FHC há muitos anos está evoluindo para uma posição política sem compromissos ideológicos ou programáticos. Para ele, a "política é a arte do possível". Se a realidade do poder for ACM, a ordem é ir para o poder com ACM.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

Quem quiser entender o governo FHC precisa entender em que consiste a globalização da economia. Em seguida, saber quais as forças que estão controlando esse processo. E, logo, a direção do movimento que essas forças estão impulsionando.

Globalização é o processo de unificação de todos os mercados do mundo. O comando desse processo é objeto de complexas relações entre os Estados dos países desenvolvidos e as grandes corporações transnacionais. O movimento resultante dessas relações, nas quais cooperação e confronto se entremeiam, consiste na redefinição da divisão internacional do trabalho. Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Clube de Paris, Comitê Assessor da Dívida Externa e a recém criada OCM (Organização do Comércio Mundial) formam a constelação dos órgãos encarregados de executar as decisões daqueles centros de poder. Sua tarefa consiste em enquadrar os países subdesenvolvidos nesse novo esquema de divisão internacional do trabalho. O objetivo é o de assegurar, aos países desenvolvidos, o controle do mercado dos produtos mais modernos, resultantes dos avanços tecnológicos da terceira revolução industrial, deixando, aos países subdesenvolvidos, os produtos de tecnologia já difundida. Como os primeiros têm uma rentabilidade muito superior à dos segundos, o quadro de dominação atual (norte-sul) permanecerá sem alterações no mundo globalizado.

Esse é o projeto (deles).

A receita que passam aos países subdesenvolvidos, para que o projeto dê certo, é conhecida como o "Consenso de Washington". Consiste em reestruturar as economias desses países, a fim que possam de que possam articular-se subordinadamente ao funcionamento do mercado internacional e das empresas transnacionais. Essa reestruturação abrange duas dimensões: estabilização monetária e reajuste estrutural. (...)

A "modernização" no Brasil

Tanto o projeto neoliberal como as receitas do Consenso de Washington vêm sendo elaborados e implantados em nosso país - com variações que não alteram sua essência - desde os anos oitenta. Pressões de fora e pressões de dentro começaram desde essa época a estimular, sob a consigna sedutora da "modernização", a introdução desse modelo de reconstrução do país. Tratava-se para as forças "modernizantes" de desmontar o Estado nacional-desenvolvimentista, herdado da Era Vargas, e substituí-lo por um Estado liberal. Ou seja, substituir o esgotado modelo cepalino da industrialização por substituição de importações por um modelo de economia exportadora, completamente aberta ao capital transnacional.

Movimentos nessa direção fizeram-se sentir nos governos Figueiredo e Sarney. Mas não foram capazes de unificar o bloco das classes dominantes. Só com a eleição de Collor, vieram a tomar corpo plenamente, passando a constituir uma consigna política unificadora, fundamentada em bases ideológicas e programáticas definidas. Aí começou a fase selvagem do desmonte do projeto de construção do Estado nacional brasileiro. Em menos de dois anos, aquele governo conseguiu destruir instituições cruciais para o desenvolvimento nacional, construídas, desde os anos trinta, com um enorme sacrifício do povo.

Mas Collor, na precipitação de liberalizar o país de um só golpe (com uma única bala, como costumava jactar-se) e sem a sustentação da comunidade financeira internacional que se requer para realizar essa política sem agravar demasiadamente a situação social e política interna, desatou pressões que não conseguiu controlar. As mesmas forças que o colocaram no poder - como a rede Globo, por exemplo - uniram-se à oposição para derrubá-lo. (...)

A alternativa para derrotar Lula

Nesse clima, nasceu e forjou-se a candidatura FHC. A direita precisava de uma figura política para derrotar Lula e sabia não dispor, em suas fileiras, de nenhum nome com essa capacidade. Só lhe restava procurar, entre as forças de centro, um candidato confiável. FHC, por seu lado, precisava de um atalho para chegar ao poder. Ambos encontraram-se no estranho governo Itamar.

FHC é um político com um passado de esquerda - que muitos preferem ver como uma posição, na verdade, mais modernizante do que propriamente socialista ou marxista. Mas tenha sido socialista ou meramente modernizante, o fato é que, há muitos anos, ele está evoluindo para uma posição "pragmática" - uma posição política sem compromissos ideológicos ou programáticos. A atitude realista de quem sabe que a "política é a arte do possível". E o possível, para FHC, não pode ser mais do que aquilo que o Brasil é. A conclusão lógica desse raciocínio é a de que, se a realidade do poder no país for ACM, a ordem é ir para o poder com ACM. Foi o que ele fez. Uma trajetória lenta, cautelosa, cheia de ambiguidades e ambivalências, mas que, vista à distância, revela-se bastante coerente com o propósito que a informou e inspirou todo o tempo.

As apostas de FHC

Num debate entre intelectuais de esquerda, alguém disse que FHC havia feito três apostas: primeira, o Brasil tem condições de encontrar uma brecha no novo esquema de divisão internacional do trabalho, para ingressar em um novo ciclo longo de crescimento: segunda, com o apoio da direita é possível aproveitar essa brecha; e, terceira, se as duas apostas anteriores forem corretas e se instalar um novo ciclo de crescimento econômico, ninguém perguntará quem é de direita e quem é de esquerda. O sucesso criará uma situação política completamente nova no país.(...)

Vários analistas levantam a tese de que FHC fez uma aliança meramente tática com o PFL e que, uma vez no governo, procurará implantar uma política social-democrata. Alguns ingênuos - na esquerda e até no PT - chegaram a acreditar que conviria em razão disso participar do seu governo, a fim de pressionar nesse sentido e impedir que ele caia nos braços de ACM! Tremendo engano. Não é esta a aposta de FHC. Ele está empenhado em aplicar decididamente a política neoliberal anteriormente esboçada. Quem viu a truculência do seu governo na greve dos petroleiros não pode abrigar dúvida alguma a esse respeito. FHC está convencido que, ao contrário do México e da Argentina, o Brasil tem condições objetivas de montar um ciclo longo de crescimento na base da abertura comercial, do incremento das exportações e da entrada maciça de investimentos estrangeiros. Não por outra razão foi tão enfático ao conclamar os empresários norte-americanos a investir no Brasil, em sua última visita aos Estados Unidos: "Venham, o Brasil os receberá de braços abertos".

A recolonização do Brasil

FHC está falando sério quando afirma que o êxito do seu governo significará o fim da era Vargas.

O que foi a era Vargas? Se definirmos economia nacional, nos termos em que Fernand Braudel o fez - "um espaço transformado, pelo Estado, em espaço econômico unificado" - veremos que a era Vargas foi o primeiro projeto histórico deliberado e consequente de construção de um Estado nacional e de uma economia nacional no Brasil. Como todo projeto dessa natureza, o projeto da nação brasileira tem custos que não se ajustam à lógica imediatista do mercado. São custos que o Estado, com seu poder de intervenção na economia, impõe aos agentes econômicos para garantir a autonomia dos centros de decisão nacionais, a unidade política da nação, a integração dos vários segmentos sociais no consumo, a construção de um mercado nacional integrado.

Isso é tudo o que os comandantes da globalização proibem. Quando FHC afirma enfaticamente que seu governo marcará o fim da era Vargas, está enviando uma clara mensagem a esses centros decisórios internacionais a respeito da natureza e dos rumos do seu governo. Está dizendo que seu governo não será um governo social-democrata, nem um governo nacionalista, a perseguir uma quimera de construção nacional. Nada disso, será um governo liberal, empenhado em viabilizar o esquema de recolonização, desde que ele signifique um ciclo longo de crescimento econômico no Brasil: "Venham, que serão recebidos de braços abertos".

Essa mensagem é reiterada toda vez que o presidente e seus ministros investem contra o "custo Brasil". Em que consiste o "custo Brasil" senão o preço a pagar pela autonomia, pela unidade nacional, pela integração do mercado brasileiro e pela homogeneização social? Barater o "custo Brasil", longe de

ser apenas uma medida destinada a dar competitividade aos produtos brasileiros nos mercados internacionais, como apregoam os solícitos sicofantas que pululam na nossa imprensa, é uma consigna ideológica integrante da teologia neoliberal.

Um governo de direita

Por tudo isso, é preciso não se iludir. O governo FHC está sendo e pretende ser o catalisador de um novo alinhamento das forças políticas do país. (...) Se alguma chance havia de conservar o PSDB no bloco centro - centro-esquerda - esquerda, formado nas lutas das Diretas e atuante na Constituinte e no segundo turno da eleição presidencial de 1989, essa chance foi perdida ao fracassarem alguns intentos de costurar uma aliança PT-PSDB para disputar as eleições presidenciais e estaduais de 1994. Vistos à distância - agora que os fatos revelaram posições que até então eram ambíguas - esses intentos, boas intenções à parte, estavam de antemão destinados ao fracasso, porque já nessa época, com toda certeza, FHC estava tecendo os acordos básicos com as forças econômicas internas e externas que organizam e sustentam os partidos de direita.

Mas, se naquela época algum engano poderia justificar-se, hoje não há mais lugar nenhum para dúvida: FHC não se situa numa posição de centro-esquerda e vai fazer todo o esforço para transformar a aliança eleitoral PSDB-PFL num pacto orgânico de poder, capaz de sustentar uma reestruturação completa do Estado brasileiro. É possível que isso provoque rachaduras entre os tucanos e até que alguns deles se disponham a deixar o partido. Mas, quanto ao governo, que ninguém se iluda, será um governo de direita, no sentido estrito da palavra - um governo que se empenhará em fazer as reformas que forem necessárias para conservar as características básicas da estrutura social do país. Em outras palavras: para não alterar o sistema de dominação característico da sociedade brasileira.(...)

Visto sob este ângulo, o governo FHC, para surpresa de uns, alegria de outros e estarecimento de terceiros, parece destinado a cumprir a determinação do general Golberri: "a transição terá que ser lenta, gradual e segura". Segura, na cabeça do general, queria dizer: sem representar qualquer risco de que o poder escape das mãos das elites tradicionais e se transfira para as mãos do povo.□

Plínio de Arruda Sampaio é advogado e ex-líder da bancada do PT na Câmara. Este artigo foi publicado na revista da ABONGs. Os intertítulos são da redação e os cortes estão indicados por (...).

Se entendemos a economia nacional como um espaço econômico unificado pela ação do Estado, o governo FHC será um governo empenhado em viabilizar uma recolonização do Brasil.

O governo FHC será um governo de direita. Ele se empenhará em fazer as reformas que forem necessárias para não alterar o sistema de dominação característico da sociedade brasileira.



SEBASTIAO SAIGADO



O jovem Mandel já estava ativo no período da guerra e da ocupação nazista. Consagrando-se à construção da seção belga de IV Internacional, ele foi preso três vezes e finalmente deportado para um campo na Alemanha.

É uma tarefa árdua sintetizar num único artigo a intensa e múltipla atividade que Ernest Mandel desenvolveu em mais de meio século. Nosso camarada desaparecido definiu seu engajamento militante quando ainda era muito jovem, no início da segunda guerra mundial, um pouco mais de um ano após a fundação da IV Internacional (em setembro de 1938). Assim, ele já estava ativo no período da guerra e da ocupação nazista na Europa.

A resistência e a reconstrução

Sob a ocupação, ele se consagrou à construção desta seção belga, cujo principal dirigente, Leon Lesoil morreu em um campo de concentração. O jovem Mandel, que corria um duplo risco tanto como revolucionário como judeu, foi preso três vezes, e finalmente deportado para um campo de trabalho na Alemanha. Tendo sobrevivido graças a sua robusta constituição física, ele escapou do campo nos últimos dias do III Reich.

Com o final da guerra, abriu-se uma nova fase tanto da sua vida política, como da IV Internacional: a reconstrução das seções européias da Internacional. Este período culminou com o II Congresso Mundial da IV Internacional (abril de 1948) e foi encerrado após o III Congresso (agosto de 1951), que abriu o caminho para a adoção, na Europa, da orientação "entristas" nos PSs e PCs, conforme o país. No terreno teórico, Ernest contribuiria sobretudo para o debate sobre a URSS, um dos principais pontos de pauta do II Congresso, produzindo uma clarificação que nos ajudou a compreender os eventos após a morte de Stalin.

No plano organizativo, Ernest esteve envolvido por muito tempo nas vicissitudes da seção francesa e deu uma contribuição muito importante ao nascimento da seção italiana. Foi precisamente ele que influenciou a decisão de aderir à Internacional da Juventude Socialista italiana.

Mandel foi também o primeiro membro da direção internacional a viajar para a Ásia para estabelecer ou restabelecer os contatos com organizações da Índia, Sri Lanka (na época Ceilão) e Indonésia.

O desaparecimento

O período dos anos 50

Um terceiro período se estende do pós-III Congresso até a metade dos anos 60. É um período, repetimos, marcado pela orientação entrista na Europa e por uma grave ruptura internacional em 1953 em nosso movimento. É também durante estes anos que eclodiram as primeiras crises nas sociedades de transição burocratizadas. Na Bélgica, Ernest fez parte da comissão econômica da central FGTB. Ele redigiu um texto, adotado primeiro pelos metalúrgicos e depois pela Federação como um todo, que, sob o título *Holdings et démocratie économique*, esboça um projeto de reformas estruturais de conjunto.

As intervenções de Ernest sobre a crise dos países da Europa Oriental refletiam sua intervenção concreta, depois de numerosas viagens de contatos com correntes e personalidades lutando contra a dominação burocrática de um ponto de vista revolucionário socialista. Ele esteve presente em Cuba onde participou dos debates econômicos iniciados por Che Guevara. E desempenhou um papel maior na vida interna da Internacional, principalmente como defensor resolutivo da reunificação de 1963.

Após maio de 68

O período da segunda metade dos anos 60 ao final dos anos 70 foi ainda mais importante, para Ernest como para a Internacional, que viveu numa série de países um crescimento espetacular. Ernest era então conhecido no mundo inteiro, tanto por suas contribuições políticas como por suas intervenções políticas em desafios cruciais, como as de maio de 68 na França, a revolução portuguesa e o fim do franquismo no Estado espanhol.

Nos últimos quinze anos de sua vida, apesar de suas condições de saúde cada vez mais difíceis, ele continuou a desempenhar um papel central na atividade e na elaboração política da Internacional. No início de 1991, ele pode entrar pela primeira vez na União Soviética, onde participou de debates importantes e foi entrevistado pela televisão.

Poucas semanas antes de seu desaparecimento, ele esteve presente, ainda que às custas de um grande esforço, no XIV Congresso. Ele abriu o congresso com uma intervenção curta, destacando as contradições extremas da situação mundial na atualidade. Ele exprimiu, mais uma vez, esta angústia sobre o destino da humanidade, ameaçada de destruição, que foi para ele um *leitmotiv* durante os últimos anos de sua vida. Era um chamado, destinado sobretudo aos militantes das novas gerações que vão continuar este combate, que ele conduziu incansavelmente e com um entusiasmo inesgotável ao longo de toda a sua existência. □

Livio Maitan é membro do Secretariado Unificado da IV Internacional e da direção do PRC italiano.



o de Ernest Mandel

JOÃO MACHADO

No dia 20 de julho morreu, em Bruxelas (Bélgica), Ernest Mandel, vítima de um ataque cardíaco. Mandel foi um ativo militante socialista e um dos teóricos marxistas mais importantes deste século.

Nasceu em 5 de abril de 1923, em Frankfurt (Alemanha), de uma família judia de Antuérpia (Bélgica) e adquiriu nacionalidade belga. Começou sua militância política, na luta contra a II Guerra Mundial. Em 1940, com a idade de 17 anos, ingressou na IV Internacional. Durante a ocupação nazista, foi preso três vezes, e por duas vezes conseguiu fugir, a segunda do campo de trabalho de Wesseling, na Alemanha. Participou da reorganização da IV Internacional depois da guerra; quando ela se dividiu, foi um dos principais organizadores do Secretariado Unificado; foi um dos seus principais dirigentes até sua morte.

Figura simbólica

Mandel foi uma das últimas figuras simbólicas da grande tradição cultural do movimento operário moderno, do cruzamento entre a herança do Iluminismo e o movimento socialista. Ele reuniu várias das melhores características do movimento de então: internacionalista, poliglota, dono de uma cultura ampla. Escreveu muito, sobre uma grande variedade de temas, publicando suas obras indistintamente em francês, inglês ou alemão.

Seu lugar original na trajetória socialista deve muito à riqueza de sua formação teórica, desde cedo tendo acesso a obras como os **Grundrisses** de Marx e aos escritos de Rubin, Rodolsky, Parvus, Korsch e Kondratief, que influenciaram sua produção teórica. No terreno da economia, algumas de suas obras estão entre as mais importantes do marxismo. O **Tratado de Economia Marxista** de 1962, rompeu com uma tradição de manuais secos e dogmáticos. Procurou confrontar a economia marxista com os conhecimentos históricos e econômicos acumulados fora do campo marxista e mostrar sua atualidade. A mesma preocupação não dogmática manteve-se em seu livro sobre **A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx**, de 1967.

Ondas longas

A renovação do pensamento econômico marxista tinha um objetivo claro: explicar como e porque o capitalismo tinha recuperado seu dinamismo no pós-segunda guerra, após um período de crise e depressão. Após muitos artigos em torno do tema, Mandel chegou a **O Capitalismo Tardio** de 1972.

Esta foi talvez sua obra teórica mais importante. Retoma a teoria das "ondas longas" na economia capitalista, segundo a qual o sistema é marcado por uma alternância entre fases em que predominam anos de crescimento, e fases em que predominam tendências recessivas. Enfatizando o lugar central das variações da taxa de mais-valia e da taxa de lucro para explicar a evolução do capitalismo, Mandel procura mostrar que enquanto a passagem de uma fase ex-



MARCOS ZIMMERMANN

pansiva a uma recessiva é determinada por razões internas à própria economia, a passagem de uma "onda longa recessiva" a uma "expansiva" depende de fatores externos, exógenos, sobretudo políticos.

Pôde prever o esgotamento da fase de expansão, o que logo viria a se confirmar, com as recessões da economia mundial em 1974/75 e 1981/82. E afirmar também que não haveria retomada automática do crescimento. Além de inovações tecnológicas e alterações no trabalho, um revigoramento do capitalismo dependeria também da imposição de derrotas que possibilitassem o aumento da taxa de mais-valia. Mandel acreditava que as condições políticas para a retomada do crescimento capitalista ainda não estão dadas, que ainda estamos numa "onda longa recessiva".

Burocracia

Outro campo fundamental de pesquisa de Mandel foi o da evolução da União Soviética e das questões teóricas envolvidas no processo de construção do socialismo. Foram inúmeros os artigos nos quais Mandel tratou da história da revolução russa e da URSS, do problema da burocratização no movimento operário, da relação entre planejamento e mercado, da possibilidade de um planejamento democrático, autogestionário etc. Um dos seus últimos livros, **Poder e Dinheiro**, de 1993, tratava justamente da questão da burocracia.

Mandel escreveu muito sobre Trotsky, procurando mostrar a importância de suas contribuições ao marxismo e ao desenvolvimento de uma novo projeto socialista, revolucionário e democrático. Seu último trabalho de fôlego, chama-se **Trotsky como Alternativa**.

Além de livros, Ernest Mandel deixa numerosos artigos em jornais e revistas sobre a construção europeia, os acontecimentos revolucionários do século, as formações sociais latino-americanas e a revolução cultural chinesa. E uma produção pedagógica de alta qualidade, que inclui **Introdução ao marxismo** e **O lugar do marxismo na história**.

Mandel estava convencido da necessidade do socialismo para o progresso da humanidade. Mas não pensava que seu triunfo fosse inevitável, e sim que a opção está entre o socialismo ou a barbárie, cuja ameaça é mais real do que nunca. Esta compreensão alimentava sua convicção de militante socialista. □

Mandel foi uma das últimas figuras simbólicas do cruzamento entre a herança do Iluminismo e o movimento socialista: internacionalista, poliglota, dono de uma cultura ampla.

CONSTRUINDO A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO BRASIL

Ao assumir a Prefeitura de Porto Alegre em janeiro de 1989, a Administração Popular trouxe o compromisso de governar a cidade através de um exercício permanente de transparência, de democratização das decisões e de reversão das prioridades da cidade, tradicionalmente definidas em benefício dos ricos e poderosos. A prática política da Administração Popular nestes dois mandatos - séria, honesta, democrática e transparente - vem contribuindo para uma revitalização da cidadania da vida pública. E, sem dúvida, ajuda a construir uma opção solidária e coletiva de vida oposta à ideologia neo-liberal, tão propagada nos últimos anos, que faz apologia de um Estado descomprometido com a regulação e o bem estar social e do individualismo.

Essa avalanche de um "pensamento único" veicula uma ideologia dominante que se expressa mundialmente e tenta ofuscar, impedir que no consciente coletivo das sociedades capitalistas se formem propostas alternativas ao neoliberalismo. A falência do "socialismo real" das burocracias do leste europeu contribuiu para legitimar esse discurso ainda que na América Latina as mazelas do capitalismo são as responsáveis pelo subdesenvolvimento, pela exploração e pelas desigualdades regionais e sociais.

A concepção solidária e coletivista refletia a visão programática do PT e da Frente Popular em buscar, no governo, uma prática superadora da democracia representativa na direção de uma democracia participativa. Nos programas dos nossos partidos as idéias de Conselhos Populares, governos com base em conselhos, criação de mecanismos de deliberação direta pela população organizada expressavam mais compromissos teóricos e programáticos com experiências históricas de governos de esquerda do que um acúmulo de experiências realizadas ou reivindicadas pelos movimentos sociais no Brasil.

Até hoje, poucas são as experiências de governos populares que procuraram superar a lógica da representação popular delegada ao Legislativo e ao Executivo. Não havia, portanto, uma cultura forjada espontaneamente na luta dos movimentos sociais nessa direção suficientemente forte para que ocorresse numa dimensão regional ou

nacional, a revelia da vontade dos governantes ou Partidos políticos.

O Orçamento Participativo, iniciado no primeiro mandato da Administração Popular, (1989/1992) foi o instrumento para colocar em prática estas preocupações. Transformando-se num forte elemento de conscientização cidadã e politização dos setores populares, o O.P. permitiu um avanço na conquista de novas relações entre o Estado - aqui representado pelo município - e a população. Ao colocar em disputa a renda da cidade, através do estabelecimento das prioridades pelos próprios moradores, esta experiência vem se solidificando e adquirindo cada vez maior consistência.

Mas a participação organizada de moradores não deve ser o limite do Orçamento Participativo. Ao contrário, a garantia de sua permanência e fortalecimento como prática democrática, consistirá justamente na capacidade de ampliar, incessantemente, a presença ativa dos mais diversos setores sociais.

Nesse sentido é que as experiências de administrações do PT e seus aliados da Frente Popular têm servido de referência como alternativa, apontando para um novo tipo de sociedade mais democrática e participativa.

Enfrentar a visão predominante de "privatizar" o Estado através de benefícios fiscais, isenções, privilégios e corrupção, é uma tarefa da esquerda brasileira simultânea a de apresentação de projetos alternativos globais para o país. Administrar um município ou governar uma grande cidade é um exercício de transparência, de democratização das decisões e de reversão das prioridades, sempre colocadas em benefício dos ricos e poderosos.

Além da administração democrática e transparente, gerando uma ressurreição da confiança na vida pública, a esquerda brasileira tem que resistir e reverter a hegemonia político-ideológica da visão neo-liberal, da apologia do indivíduo e do Estado mínimo. Nessas condições adversas, impõe-se, igualmente, propor e praticar novas formas de gestão da coisa pública.

Um governo de esquerda numa capital, numa cidade grande do país transforma-se em laboratório de experiências e uma referência para outras cidades e regiões.

Sem a busca da cooptação e sem o sectarismo da exigência de perfilamentos partidários, a Prefeitura de Porto Alegre orgulha-se em ter a parceria de mais de 600 Associações Comunitárias, cujos dirigentes possuem variados matizes partidários ou são lideranças comunitárias sem partido. Nesta relação democrática e na confiança de que as decisões serão cumpridas pela Administração é que reside a força da experiência.

1994: AMPLIANDO A PARTICIPAÇÃO

Desde o ano de 1993, o segundo mandato da Administração Popular se empenhou em atrair o movimento sindical e outras formas associativas para a experiência com o mesmo sentido de parceria alcançado com o movimento comunitário. A participação sindical também mantém o caráter não delegado ou representativo das entidades. Os sindicatos participam como estimuladores e incentivadores da participação de suas bases enquanto cidadãos, rompendo com a tendência economicista que a luta por salários e condições de trabalho determina. Em Porto Alegre, existe mais de uma centena de sindicatos sendo vários deles de base estadual com sua sede principal na capital.

Dezenas de sindicatos já participaram no Orçamento 94/95 através de plenárias temáticas e não regionais como se realizam nas comunidades. A plenária temática foi a forma acordada, após várias reuniões preliminares, da integração sindical e de outras entidades associativas profissionais. A especialização e o conhecimento setorial das profissões e categorias de trabalhadores contribui para a globalização dos problemas junto às lideranças comunitárias e estas influenciam e ajudam a dar uma visão superadora do corporativismo aos representantes e delegados do mundo do trabalho.

A ênfase dada neste primeiro ano de experiência temática aos sindicatos não limita nestes a participação. Buscamos as mais variadas formas associativas profissionais como também isso se estende e deve se ampliar na direção de clubes, associações culturais, entidades religiosas e filantrópicas, escolas de samba, associações empresariais e cooperativas.

Neste ano contamos com a participação ativa de mais de 39 sindicatos, além de inúmeras entidades de cunho associativo (culturais, ecológicas, representações de movimentos sociais, setores da chamada "economia informal", como feirantes, artesãos, entre outras). Chegamos ao

final das cinco plenárias da 2ª rodada com uma participação superior a 1.000 pessoas, que se somaram às 10.000 pessoas que as plenárias regionais já envolviam. Na 1ª rodada de 1995, o crescimento da participação continua sensível. Tanto nas plenárias regionais como nas plenárias temáticas. Em torno de 8.500 pessoas estiveram presentes nesta primeira etapa.

Os limites e os problemas enfrentados, porém, não são menores do que a grandeza do desafio que estamos construindo ao longo desses anos. A ação organizada da população nos ensinou também que esta pressão e este tensionamento constante se constituem na melhor maneira de democratizarmos, de criarmos um outro ritmo e uma outra visão e responsabilidade dos quadros funcionais de carreira da Prefeitura com as demandas da população. A presença crescente da população desperta uma exigência redobrada de eficiência de atendimento, de obras, que as administrações nem sempre estão em condições de atender. Se não podemos fugir ao desafio, precisamos ter presente que sem o aumento da consciência da população, os entraves e as frustrações ao não atendimento de necessidades podem traduzir-se numa reversão de expectativas explorada pela direita conservadora e pela grande imprensa que criticam essa experiência.

Da mesma forma, temos procurado discutir com o movimento popular a tendência sempre latente de alguns setores sequiosos de legalizar experiências como essa. Esta visão legalista tem, muitas vezes, o sentido de reforçar e garantir a continuidade do processo no caso de derrota eleitoral do campo democrático-popular. O PT e a Frente Popular, no entanto, vêm defendendo que a força e a riqueza do Orçamento Participativo residem na sua ação espontânea, direta, não delegada e cujas regras forjaram-se na ação conjunta do movimento e da administração pública. Legaliza-lo seria subordiná-lo a uma maioria hostil da Câmara de Vereadores, aprisioná-lo em regras demandando disputas e querelas judiciais, quebrando a espontaneidade e sua renovação anual que lhe dá uma saudável e constante tensão. Cabe-nos, inclusive, despertar essas experiências que desdobram a democracia representativa. Qualquer aprofundamento democrático ou elementar de construção de um novo Estado que supere, pela participação direta, a mera delegação temporária dos mandatos legislativos atuais deve ter nossa iniciativa e estímulo.

Por último, mas não por fim, gostaria de

ANEXO II**CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (COP)**

| | |
|---|--|
| Atribuições | Propor, fiscalizar e deliberar sobre receita e despesa do Poder Público Municipal. |
| Composição | <ul style="list-style-type: none"> - 2 conselheiros titulares e 2 suplentes de cada uma das 16 regiões administrativas. - 2 conselheiros titulares e 2 suplentes de cada uma das 5 Plenárias Temáticas. - 1 representante e 1 suplente do Sindicato dos 1 de P.A. - 1 representante e 1 suplente da União das Associações de Moradores de P. A. - 1 representante da CRC. - 1 representante do GAPLAN. |
| MANDATO | Um ano, podendo haver uma reeleição consêcutiva. |
| Competência | <ul style="list-style-type: none"> - Opinar e posicionar-se sobre a proposta do Governo sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. - Opinar e posicionar-se sobre a proposta de peça orçamentária anual a ser enviada à Câmara Municipal. - Opinar e posicionar-se sobre aspectos da política tributária e de arrecadação do Poder Público Municipal. - Opinar sobre obras e atividades do planejamento de Governo e orçamento anual apresentados pelo Executivo. - Acompanhar a execução orçamentária, fiscalizar o Plano de Governo, opinando sobre alterações no planejamento e nos investimentos. - Opinar e posicionar-se sobre aplicação de recursos extraorçamentários. - Decidir, com o Executivo, sobre metodologias para discussão e definição da peça orçamentária e do Plano de Governo. - Opinar sobre investimentos priorizados pelo Executivo. - Solicitar documentos técnicos às secretarias e órgãos do Governo. |
| _ Votações | Aprovação por maioria simples. Decisões são encaminhadas ao Executivo. Em caso de veto, retornam ao COP para nova apreciação. Rejeição do veto por decisão mínima de 2/3 dos conselheiros - com apreciação e decisão final do Prefeito Municipal. |
| Organização interna | Uma coordenação, uma secretaria executiva e conselheiros. |
| Reuniões dos Conselheiros com delegados | Mínimo uma por mês, para informar o processo de discussão no Conselho e colher sugestões e/ou deliberações por escrito. |
| Atribuições dos delegados | <ul style="list-style-type: none"> - Reunir-se com os conselheiros e divulgar para a população assuntos tratados no COP. - Acompanhar o Plano de Investimentos, da sua elaboração à conclusão das obras. - Compor as comissões temáticas que acompanharão a elaboração do Plano de Investimentos, licitações, etc. - Deliberar, em conjunto com representantes, sobre impasses na elaboração do Plano de Investimentos. - Discutir com os conselheiros, sobre modificações no processo do Orçamento Participativo. |

Fonte: CRC - Coord. das Relações com a Comunidade - PMPA

NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Desde o primeiro mandato (1989-1992), do bancário e líder sindical Olívio Dutra (PT), a Frente Popular buscou reverter, radicalmente as prioridades das ações do poder público em favor dos pobres e explorados do município. O principal instrumento deste processo foi o Orçamento Participativo, forma concreta de estimular a formação de conselhos populares nos bairros e vilas da cidade para que seus cidadãos, principalmente os trabalhadores, os assalariados - de forma organizada - pudessem decidir sobre a aplicação do dinheiro público na forma de investimentos a serem realizados pela Prefeitura na cidade.

A Frente Popular e as forças socialistas que a compõem, tem consciência dos limites da democracia representativa. Sabem que a condição de cidadania - ainda não alcançada na maioria dos países subdesenvolvidos - não elimina o caráter de classe da sociedade nem a insuficiência de uma democracia baseada na mera igualdade política jurídico-formal. Os explorados continuam pobres e os ricos continuam vivendo da exploração.

A disputa pela renda da cidade e pelo estabelecimento das prioridades exigidas pelas classes trabalhadoras no Orçamento Participativo vem crescendo positiva e permanentemente, transformando-se num forte elemento de conscientização e politização dos setores populares.

Nos primeiros anos havia desconfiança com o projeto e com o compromisso do governo municipal em honrar e cumprir as decisões aprovadas pelas reuniões populares. Um pequeno número de associações de bairro e algumas centenas de pessoas participaram das primeiras assembleias. A partir do segundo ano de governo, quando as obras começaram a aparecer, refletindo as decisões da comunidade, o projeto rapidamente se estendeu. Ampliou-se o número de regiões e de participantes e o respeito à pluralidade de posições no interior do O.P. deu grande credibilidade ao projeto.

Para a credibilidade do processo é decisivo o exemplo da administração através do mais profundo respeito com o pluralismo do movimento. No nosso caso, em Porto Alegre, a Administração da Frente Popular chegou a impedir que membros da administração com cargos comissionados, os chamados "cargos de confiança", pudessem ser eleitos conselheiros ou delegados do Orçamento

Participativo. O objetivo da medida visa exatamente dar credibilidade ao processo e a confiança de que qualquer cidadão, independente de posição partidária, tem seu espaço garantido de opinar, deliberar, ser eleito.

As 16 regiões em que a cidade está dividida, na edição de 1994, elegeram 32 representantes conselheiros - 2 titulares e 2 suplentes por região - ao Conselho Popular do Orçamento Participativo e mais de 700 delegados que se responsabilizaram pela organização regional, pelo controle e fiscalização de obras e pela cobrança e crítica à Prefeitura por atrasos ou não cumprimentos das deliberações. Ao Conselho Popular - os conselheiros - compete a compatibilização e elaboração, junto com os técnicos e dirigentes políticos da Administração Popular, do projeto de lei orçamentária encaminhado à Câmara de Vereadores, que tem o poder legal de apreciar o Orçamento.

A diferença é que a Câmara de Vereadores faz este exame anual sob a pressão é a cobrança da população que já decidiu os investimentos.

Definindo todo o plano de investimentos das obras e serviços demandados pelas comunidades, decidindo junto com a administração as obras estruturais com base na captação externa de recursos, disputando e tensionando orientações gerais das políticas públicas, a população organizada informa-se, conhece a situação financeira, a estrutura e o funcionamento do executivo e do legislativo municipais. Em suma, apropria-se da cidade, de seus recursos e exerce mais plenamente sua cidadania. Neste processo torna-se mais exigente, mais politizada e auto-organizada, tendendo a dispensar a ação emulativa inicial da Prefeitura e, com isso, rompendo com o clientelismo, a histórica intermediação apadrinhadora dos vereadores e prefeitos.

A ação direta dos cidadãos e cidadãs (não há votos delegados, nem representativos) não enfraquece as Associações de moradores. Ao contrário, dá-lhes novos horizontes e tarefas constantes de acompanhamento das decisões. As Associações, inclusive, passam a ter um cronograma de atividades e ações que lhes dá mais vida e contato mais constante com os moradores de cada região.

Sem estas associações as fases e reuniões de levantamentos das reivindicações e de organização das demandas, ultrapassando os pedidos particularizados de soluções para uma rua ou zona restrita, não se realizariam e a experiência fracassaria.

chamar a atenção para os possíveis limites desta experiência de construção da cidadania plena. O Orçamento Participativo tem revelado um positivo processo de politização. Nos debates começam a ser pautados outros elementos orçamentários e não apenas os recursos para investimentos (nos últimos anos situados entre 15% e 20% da despesa global).

Integrar no debate o custeio e manutenção da estrutura pré-existente e os gastos com pessoal coloca na ordem do dia, por exemplo, a discussão sobre os servidores públicos e os salários dos funcionários e vereadores. Outro campo fértil para o debate e a politização do orçamento da Capital são os recursos públicos estaduais. O Orçamento do Estado, tradicionalmente fechado, excludente, começa a ter brechas a partir da ação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento que cobram abertura e participação do Orçamento como

também a singularidade gaúcha da figura constitucional da emenda popular ao Orçamento, iniciativa de duas entidades ou quinhentos eleitores. A ação coordenada da população de Porto Alegre com os deputados do campo democrático popular poderá ocupar espaços significativos, na aplicação dos recursos.

Isto dá uma nova qualidade ao processo e exige da Administração e dos partidos da Frente Popular um papel insubstituível para que a politização destes setores sociais encontre rumos e alternativas na superação da concepção jurídica dominante da igualdade formal da cidadania e que se reproduz na sociedade capitalista. Sem exagero, mas com a esperança das utopias que não abdicamos, essa experiência se constitui, embrionariamente, numa nova concepção do poder público, em suma, da relação entre a sociedade e o Estado. □

ANEXO I

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO O.P.

| Ano | Nº entidades | Nº participantes |
|------|--------------|------------------|
| 1989 | 250 | 403 |
| 1990 | 467 | 976 |
| 1991 | 503 | 3.694 |
| 1992 | 572 | 7.610 |
| 1993 | 650* | 10.735** |
| 1994 | * | 11.197*** |

Fonte: CRC, com base em planilhas de inscrição

*Números imprecisos e/ou desconhecidos. A partir de 1993, com a introdução de reuniões preparatórias às assembleias do O.P., tornou-se impossível levantar dados exatos.

**Participantes n 1º e 2º rodadas regionais.

***Participantes na 1º e 2º rodadas regionais e temáticas.

Novos casuísmos à vista

RAUL PONT

Com a proximidade de mais um ano eleitoral, ressurgem no Congresso os casuísmos, com os conservadores fazendo contas e inventando novidades para manter uma maioria fiel.

Os Estados são "distritões", com piso e teto independente dos eleitores, negando a soberania popular e a igualdade do voto cidadão. Só não se transformam numa crise de legitimidade pelo silêncio da mídia.

Aproxima-se mais um ano eleitoral e ressurge no Congresso Nacional a novela de casuísmos que antecede cada eleição no Brasil. As classes dominantes apressam-se em fazer contas e inventar novidades tentando manter uma maioria fiel no Congresso.

Na época da ditadura militar, impuseram o bipartidarismo por decreto, inventaram a sub-legenda para barrar o velho MDB e quando este cresceu nos centros mais urbanizados, transformaram Territórios em Estados para garantir um peso maior dos grotões. Em 1980, arrojaram a legislação. Derrotados, tiraram da manga o mandato tampão e o voto vinculado para as eleições de 1982, com a lógica do voto útil. Mais tarde, os mesmos argumentos foram usados para desvincular as eleições gerais das municipais e na Constituição de 1988, consagraram - contra nossos votos - o golpe contra o princípio da proporcionalidade, que está na igualdade constitucional do voto, com a esdrúxula regra de piso (08 deputados) e teto (70 deputados) para todos os Estados, independente do número de habitantes ou eleitores.

"Farra" de siglas

Investem contra o número exagerado de partidos, verdadeira "farra" de siglas, como alguns colunistas de aluguel da grande imprensa apresentam o problema. Mas, de quem é a responsabilidade de, casuísticamente, "afrouxar" a lei antes de cada eleição com a figura do registro provisório para concorrer?

Ao PT, para poder disputar as eleições de 1982, foi exigido filiar o número legal em pelo menos 20% dos municípios em onze Estados da Federação, num prazo real de nove meses. De lá para cá, antes de cada pleito, os registros provisórios foram os expedientes para permitir o oportunismo, o aventureirismo e o balcão de negócios de dezenas de siglas, onde o título máximo é, inquestionavelmente de, Collor de Mello e seu PRN.

E quem, senão estes mesmos, foram os unguídos da mídia eletrônica, da grande imprensa e do gran-

de capital que legitimaram e defenderam esses partidos e candidaturas. Se as exigências e os prazos legais cobrados ao PT e outros partidos em 1982 fossem mantidos, mais da metade dessas siglas de aluguel não existiriam. As regras atuais são razoáveis - desde que exigidas sem provisórias - e ao eleitor é que cabe o julgamento, pelo voto, se o Partido irá sobreviver ou não.

Querer agora, em nome da "farra" de partidos, liquidar a todos que não alcancem 5% dos votos a Câmara Federal é, novamente, casuísmo antidemocrático. Num colégio que caminha para 100 milhões de eleitores essa tese pode alijar uma força emergente e que expresse a vontade de milhões de cidadãos.

Voto distrital

Outra invenção sempre presente é o voto distrital ou suas variantes mistas que refletem o cálculo oportunista e hipócrita de como tirar vantagem na próxima eleição. "É para tornar a eleição mais barata, para impedir que o poder econômico crie os campeões de voto em grandes extensões geográficas pelo dinheiro ou pela mídia e para comprometer mais o eleitor com os representados", afirmam seus defensores.

No ano passado vimos como a "transparência" das doações não democratizou o processo, mas mais uma vez concentrou e "legalizou" aquilo que sempre foi feito com as "caixas paralelas" das empresas e dos partidos que recebem. Não é o voto no distrito que vai impedir o poder econômico de concentrar seus esforços ou tornar mais barata a campanha do pobre. Quanto aos "campeões de voto", gerados pela mídia, também não será o voto distrital que lhes servirá de antídoto, mas o combate duro ao escandaloso compadrio que se estabelece nas mesas diretoras do Congresso e das Assembleias que não aplicam o que já está na Constituição, proibindo a permanência de eleitos no privilégio de ocupar diariamente espaços no rádio e televisão.

Se há medidas corretivas urgentes a serem feitas na legislação, estas apontam é para coibir a vergonhosa venda dos mandatos no Congresso Nacional e nos legislativos, em geral, pelo predomínio do controle do mandato pelo eleito, e não pelo Partido. No Congresso, em seis meses de mandato, mais de 40 deputados e senadores abandonaram os partidos pelos quais pediram votos. A maioria desses oportunistas e fisiológicos aterrisou nos partidos que sustentam o governo FHC (PFL e PSDB).

Se quisermos enfrentar o problema e solidificar um sistema de representação, eis uma medida que se impõe: o controle do Partido e dos eleitores sobre os mandatos. No sistema proporcional, o partido é o grande responsável pelo controle dos eleitos e, portanto, é dele - em última instância - o mandato.

A fraude dos distritões

Mas a questão maior, e sobre ela os casuísmos silenciam, é a brutal distorção já existente e qualquer sistema distrital, puro ou misto, só iria agravar. Os Estados são hoje grandes "distritões" que fraudam a representação da cidadania já espoliada pelo bicameralismo, onde Câmara e Senado com natureza



RAUL CORRALES

distintas, deliberam e têm competência sobre as mesmas matérias numa afronta a democracia.

Os Estados "distritões", com piso e teto independente dos habitantes ou eleitores, constituem a negação da soberania popular e da igualdade do voto cidadão e só não se transforma numa crise de legitimidade pelo silêncio, boicote e censura velada que o tema tem na grande mídia. Essa mágica eleitoral que privilegia os menores e menos populosos Estados do país não é neutra nem defende os "pequenos", mas se transforma no grande trunfo do coronelismo, dos ricos e dos grandes grupos econômicos que manipulam as eleições nos grotões.

Já em 1990, nosso Partido sofreu as consequências da ausência de proporcionalidade idêntica para todo o Brasil. Apesar de fazer 10,33% dos votos para a Câmara (3,1 milhões de votos), a terceira votação, atrás apenas do PMDB (5,4 milhões - 17,6%) e do PFL (4,0 milhões - 13,29%), o PT elegeu apenas 33 deputados. Somos o maior prejudicado nessa fraude da representação popular. Na eleição de 1994, novamente, essa distorção se expressou de forma antidemocrática (ver tabela).

Os dados evidenciam como a distorção do princípio da proporcionalidade opera no resultado final dos eleitos exatamente em relação aos partidos mais conservadores, fisiológicos, sempre prontos ao balcão de negócios com o Planalto. O PFL com a mesma votação do PT, elegeu mais 40 deputados federais, assim como o PPR, que com menos votos também elegeu mais parlamentares. E o PP e o PTB igualmente se beneficiam desta mágica eleitoral.

Se há reforma imediata e urgente para aperfeiçoar a democracia no País, e acabar com os "distritões" já existentes que fraudam a proporcionalidade. E eliminar um bicameralismo absurdo, onde Senado e Câmara tem as mesmas competências, apesar de eleitos por princípios distintos do voto majoritário e do voto proporcional.

Por muito menos a burguesia nos séculos XVIII e XIX exerceu o "direito à rebelião" como pregava John Locke. Por falar neste ideólogo do "poder supremo" do Parlamento, o que ele nos diria hoje - final do séc. XX- se soubesse que vivemos sob a ditadura disfarçada das Medidas Provisórias? □

Raul Pont é vice prefeito de Porto Alegre

| Partido | Voto Nominal | Voto Legenda | Total | Percentual | Eleitos |
|---------|--------------|--------------|-----------|------------|---------------|
| PMDB | 8.498.399 | 330.330 | 9.278.729 | 20,3% | 107 deputados |
| PFL | 5.790.665 | 81.788 | 5.872.453 | 12,8% | 89 deputados |
| PSDB | 5.654.301 | 689.251 | 6.343.552 | 13,8% | 62 deputados |
| PPR | 4.201.294 | 88.622 | 4.290.564 | 9,3% | 52 deputados |
| PT | 3.298.050 | 1.931.160 | 5.859.210 | 12,8 | 49 deputados |
| PP | 3.157.392 | 18.258 | 3.157.650 | 6,9% | 37 deputados |
| PDT | 3.129.678 | 169.616 | 3.299.294 | 7,2% | 34 deputados |
| PTB | 2.324.426 | 54.608 | 2.379.034 | 5,2% | 31 deputados |

Fonte: TSE - Supervisão de Engenharia de Sistemas Estatística dos Eleitos/ 1994.

Atualidade de Rosa Luxemburgo

MICHAEL LOWY

A qualidade excepcional do livro de Isabel Loureiro resulta não só de seu conhecimento profundo da obra e da vida Rosa Luxemburg, assim como da vasta literatura secundária, mas também e sobretudo de sua capacidade de repensar criticamente a relação entre a teoria marxista e prática revolucionária. O que ela nos oferece não é outra biografia de Rosa Luxemburg - já existem suficientes obras neste terreno -, mas um livro *filosófico* sobre o pensamento daquela que Frans Mehring considerava o melhor discípulo de Marx. Partindo das luminosas intuições de ensaio *Rosa Luxemburg, marxista*, do jovem Lukács (em *História e Consciência de Classe*, 1923), Isabel Loureiro nos restituiu a coerência intelectual e política da mais fascinante e dramática figura do movimento socialista internacional. Situando a originalidade de Rosa Luxemburg e a força singular de sua concepção do marxismo na idéia da *criatividade histórica* dos oprimidos, o livro não deixa de apontar para os dilemas e as tensões que implicam necessariamente esta tentativa de unificação radical entre a teoria e a prática.

Sem ocultar as críticas lúcidas e proféticas de Rosa Luxemburg aos aspectos autoritários do bolchevismo, Isabel Loureiro evita as armadilhas liberais ou social-democratas que tentam fazer a fundadora da Liga Spartacus uma antibolchevique - ao pôr em questão as medidas antidemocrática dos primeiros dirigentes soviéticos, Rosa Luxemburg situa-se numa perspectiva de solidariedade ativa com a Revolução de Outubro de 1917. Outro aspecto que este livro aborda de forma inteligente é seu interesse pela comunidade primitiva - evitando a visão linear da história das filosofias evolucionistas do progresso, ela afirma a existência na história da humanidade de uma unidade entre passado e futuro. Sem cair na apologia ingênua do primitivismo, Rosa Luxemburg acredita que os "primitivos" tem algo a ensinar aos "civilizados": o comunismo...

Não é por acaso que este livro aparece no Brasil hoje. Sempre existiu na cultura da esquerda brasileira uma corrente "luxemburguista", mas até há poucos anos ela era relativamente marginal. Isto começou a mudar com a fundação do PT, cujo primeiro aderente, simbolicamente, foi Mário Pedrosa, o mais conhecido representante desta corrente, desde os anos 40. Alguns aspectos essenci-

ais da herança de Rosa - a democracia socialista, o élan antiburocrático e libertário, a busca de uma alternativa à social-democracia e as formas autoritárias do comunismo - na nova cultura socialista do Brasil.

E porque Rosa Luxemburg hoje, em 1995? Com a queda do muro de Berlim não assistimos ao "fim do socialismo" e à "morte do marxismo"? O que morreu era uma caricatura burocrática que tinha pouco a ver com o socialismo e o marxismo da fundadora do PC Alemão. Em 1915, Rosa Luxemburg resumiu o dilema de nossa época com a expressão "socialismo ou barbárie". Depois de um século em que predominou a barbárie moderna das guerras de extermínio total, e num momento histórico em que voltam a resurgir os fantasmas mais sinistros do passado (nacionalismo, xenofobia, racismo, fascismo), talvez possamos encontrar, no socialismo internacionalista, revolucionário, democrático e humanista de Rosa Luxemburg, um ponto de partida para sonhar com socialismo do século XXI. À condição de não esquecer que, como dizia Baudelaire, a ação deve ser a irmã do sonho. □

Isabel Loureiro - *Rosa Luxemburgo. Os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo, Unesp, 1995.

Convenção 111 e combate ao racismo

HÉDIO SILVA JR.

Desde 1993, em razão de denúncia sobre o descumprimento da Convenção 111, que trata da discriminação no trabalho, a Organização Internacional do Trabalho vem indagando o governo brasileiro sobre as medidas adotadas para dar cumprimento àquela norma. Ratificada formalmente em 1964, ela estabelece políticas de promoção da igualdade de tratamento no serviço público, nos serviços de formação de mão-de-obra e de orientação profissional.

Em outubro de 1994, em resposta à OIT, o Ministério do Trabalho elaborou um relatório acerca da Convenção 111.

Ele declara que: 1. a mencionada denúncia - sustentada em estatísticas do próprio IBGE - não seria objetiva, dado que não aponta especificamente nenhum "discriminador"; 2. o MTb não dispõe de banco de dados sobre as desigualdades raciais; 3. a Secretaria de Fiscalização do Trabalho teria informado que "o número de denúncias relativas à discriminação no emprego, fundadas em sexo ou raça é insignificante".

Causa estranheza o fato de que mesmo reconhecendo não possuir dados sobre o problema, o rigoroso relatório - apoiado sabe Deus onde - arrisca palpites otimistas, ao inferir que desde que possuam qualificação, negros e mulheres assumem posição destacada no parlamento, na magistratura, no magistério, etc.

Para atingir a perfeição, faltou ao relatório apenas citar a formidável presença de negros no carnaval, no futebol, na música. Uma ilustração da incúria do Estado Democrático de Direito no tratamento das desigualdades raciais na sociedade brasileira.

A raça no espaço público

Com efeito, a grande imprensa frequentemente publica denúncias, resultados de pesquisas e estudos que atestam que a raça é conclusivamente um elemento diferencial de direitos no Brasil.

Este fato, ilustrativo da emergência da temática racial no espaço público brasileiro, não tem ensejado o devido debate sobre o papel do Estado, das instituições e dos próprios indivíduos na reprodução das

desigualdades. Tudo se passa como se restasse à sociedade resignar-se diante das enraizadas práticas discriminatórias que, no limite, hierarquizam a idéia de cidadania e fazem da democracia uma palavra sem sentido para o povo negro e as maiorias.

As estatísticas comprovam as evidências do cotidiano: diferenças salariais mesmo quando negros e brancos possuem formação universitária; marginalização dos negros e negras dos processos de ascensão profissional; maiores taxas de desemprego entre os negros; concentração destes nos postos de trabalho pior remunerados e mais insalubres, desavergonhada utilização do critério de "boa aparência" para o preenchimento de determinadas vagas, etc.

A implementação da Convenção 111 não será a panacéia para o problema das práticas discriminatórias nas relações de trabalho. Mas possui a virtude de não tratar como sinonímia o fenômeno do racismo, do preconceito e da discriminação. Sua redação é inequívoca: discriminação é toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha o efeito de anular a igualdade de oportunidade ou de tratamento em emprego ou profissão.

E, segundo lugar, ela não estabelece apenas a obrigação de não discriminar, mas também o dever de promover a igualdade, através de uma política nacional que elimine toda e qualquer forma de discriminação. Deste modo, a Convenção 111 impede o Estado de assumir postura de mera contemplação do problema, como vem ocorrendo, e determina a adoção de medidas positivas e concretas da promoção da igualdade entre os grupos étnicos.

A experiência de Belo Horizonte

Objetivando implementar a Convenção 111 no plano local e atenta às reivindicações do Movimento Negro, a Prefeitura de Belo Horizonte, está implantando o projeto *Oportunidades iguais para todos*. O projeto prevê a democratização da informação sobre as desigualdades, através da introdução do quesito cor nos sistemas de informação sobre servidores e usuários. Trata-se de medida aparentemente singela mas absolutamente fundamental para a luta contra o racismo. Não por acaso os militares suprimiram o quesito cor do recenseamento de 1970.

No plano do funcionalismo, prevê-se a quantificação e qualificação das práticas discriminatórias contra negros e mulheres, que deverá resultar em subsídios para a reformulação dos procedimentos administrativos e das normas legais. Políticas concretas serão adotadas na educação, como o controle e supressão dos livros didáticos que veiculem preconceitos e definição de subsídios para treinamento de professores. Está planejada, ainda, a edição de um mapa das desigualdades no município.

Uma leitura do Brasil real é condição básica para tocarmos mais fundo nos problemas brasileiros, ampliando a noção de direitos, criando novas perspectivas, quiçá lançando as bases para um projeto de país incluído no qual o termo democracia faça sentido para as maiorias. Um belo horizonte no enfrentamento do racismo. □

Hélio Silva Jr. é coordenador do Programa Sindical do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades



SEBASTIÃO SALGADO

A Convenção 111 da OIT combate a discriminação no trabalho e estabelece políticas de promoção da igualdade de tratamento.

Uma luz no fim do túnel

SAMUEL VIDA E ROBINSON ALMEIDA

O encontro municipal do PT de Salvador revelou uma nova sensibilidade para a construção do partido na cidade. A unidade política na aprovação de resoluções que armam o PT para conjuntura local e na eleição de uma direção representativa dos setores internos, foi a principal conquista de um Encontro. Inicialmente marcado pelos limites do contexto nacional de crise político organizativa e por questionamentos decorrentes das particularidades locais da recente experiência de organização partidária na cidade, o encontro conseguiu se superar.

Anos difíceis

O PT de Salvador viveu nestes últimos anos com fortes dissensos. Em 1992, quando foi criado o Diretório Municipal, o partido conviveu com uma verdadeira guerra na definição da tática eleitoral que o levou a abdicar de uma candidatura própria e apoiar Lídice da Mata (PSDB) para Prefeita de Salvador. Com a eleição de Lídice, abriu-se uma nova disputa no PT entre os que defendiam e os que eram contrários à participação no governo. Esta querela, com participação individual de petistas e posterior saída do governo, durou até meados de 94. Logo após, o apoio do PT à candidatura de Juthay Magalhães (PSDB) ao governo do Estado instaurando nova crise no interna.

Apesar da grande presença de petistas nos movimentos de massa, a organização de base e setorial e a relação da atuação parlamentar com os movimentos sociais pouco avançou. A militância sindical não participa da vida partidária e tampouco acompanha ou interfere no cenário político municipal. Os militantes do Movimento Comunitário, Movimento Negro e Juventude constituem, historicamente, a base partidária na cidade. Contudo, isso não tem determinado uma intervenção partidária unificada no âmbito desses movimentos sociais, nem a garantia de um funcionamento permanente dos organismos de base do partido.

Contrastando com o perfil da atuação parlamentar do PT em todo o país, a bancada, composta por três vereadores de diferentes tendências, conseguiu ter na ação coletiva o princípio da intervenção. Dessa forma, com o encaminhamento unitário das proposições legislativas e com a superação do individualismo na afirmação das políticas públicas pela bancada de vereadores, a institucionalidade assume um peso importante na atividade do partido.

Renovação partidária

Diante desse quadro, aconteceu um movimento a partir da Direção Municipal e da Bancada que conseguiu incorporar a totalidade das tendências e grupos que atuam no PT.

Essa proposta encontrou ressonância devido ao momento de fragilidade do partido e pela maturidade das tendências majoritárias no Encontro, DS e Força Socialista, que juntas detinham, detinham mais de 80% da delegação. Assim, uma única tese foi

apresentada ao Encontro pela direção, que espalhava a síntese da produção do partido incorporando as contribuições existentes.

O Encontro aprovou um conjunto de resoluções que orientam a intervenção do PT na cidade. Na avaliação da disputa eleitoral de 96 foi constatado que "...em Salvador é forte a possibilidade de concentração da direita em uma única candidatura, o que leva a sucessão para uma tendência de polarização já no 1º turno". E que os partidos do campo democrático e popular vivem numa "...especie de disputa velada para definir a hegemonia política de uma possível aliança".

Em relação a estratégia, foi definido como prioridade a apresentação, com a maior brevidade possível, da candidatura petista a prefeito de Salvador, buscando "... polarizar a elaboração do programa, costurar alianças políticas e firmar-se junto ao eleitorado".

Na composição da direção, o Encontro Municipal deu um pequeno passo para um novo método, mais público e politizado, se estabeleça dentro do PT. A primeira atitude é a subordinação da definição dos nomes a um debate sobre as tarefas da futura direção. Esse processo, além de estabelecer um perfil dos dirigentes, democratiza as indicações das diversas chapas, possibilitando que todos opinem e/ou sugestionem sobre os nomes apresentados. O Encontro apenas ensaiou esse método.

Desse processo, foi eleita consensualmente a companheira Antonia Garcia a presidente do partido.

A maior limitação dessa experiência foi que ela só ganhou força depois dos Encontro de Base e teve poucas repercussão junto aos companheiros que não participaram do Encontro Municipal. Isso impossibilitou que a maioria dos filiados do PT partilhassem desse movimento renovador dos métodos e da convivência partidária. Ao mostrar uma pequena luz ao fim do túnel, o Encontro deixou à nova direção go grande desafio de dar materialização às políticas aprovadas. □

Samuel Vida e Robinson Almeida foram respectivamente presidente e secretário de assuntos institucionais da executiva do PT de Salvador na gestão 1993-95.



SEBASTIAO SALGADO

O Encontro Municipal de Salvador possibilitou a unificação de 80% do partido em torno de uma proposta de fortalecê-lo na cidade.

Além do neoliberalismo

PERRY ANDERSON

O neoliberalismo nos oferece três lições: não se deve ter medo de estar contra a corrente do nosso tempo; nem transigir nas idéias; e nem aceitar nenhuma instituição como imutável.

Em nossas discussões tenho enfatizado a força - tanto intelectual quanto política - do neoliberalismo. Ou seja, sua energia e sua intransigência teórica, seu dinamismo estratégico todavia não esgotado. Creio que é necessário, sublinhar estes traços se queremos combater eficazmente - a curto prazo - o neoliberalismo. Uma das máximas mais importantes de Lenin foi jamais subestimar o inimigo. É perigoso iludir-se com a idéia de que o neoliberalismo é um fenômeno frágil ou arcaico, ou já anacrônico. Continua a ser uma ameaça ativa e poderosa. Um adversário formidável que foi vitorioso muitas vezes nos últimos anos, mas não é invencível.

Se olharmos as perspectivas que poderiam emergir mais além do neoliberalismo vigente, como deveríamos orientar-nos na luta contra o neoliberalismo, não devemos esquecer três lições básicas, dadas pelo próprio neoliberalismo.

Três lições

Primeira lição: não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo. Hayek, Friedman e seus sócios tiveram o "mérito" de colocar uma crítica radical do *status quo*, quando fazê-lo era muito impopular, e de ter paciência em uma postura de oposição marginal durante longo período, quando a sabedoria convencional os tratava como excêntricos ou loucos, até que as con-

dições mudaram e sua oportunidade política chegou.

Segunda lição: não transigir em idéias, não aceitar nenhuma diluição de princípios. As teorias neoliberais foram extremas e marcadas por falta de moderação, um iconoclastismo chocante para os bem pensantes de seu tempo. Mas não perdera eficácia por isso; ao contrário, foi propriamente o radicalismo, a dureza intelectual do temário neoliberal que lhe assegurou uma vida tão vigorosa e uma influência finalmente tão esmagadora.

O fato de que nenhum regime político jamais realizou a totalidade do sonho neoliberal não é uma prova de sua ineficácia prática; ao contrário, foi somente porque a teoria neoliberal era tão intransigente que governos de direitas puderam proceder a política tão drásticas. A teoria neoliberal supria, nos seus princípios, uma espécie de temário máximo em que os governos podiam escolher os itens mais oportunos, segundo a sua conveniência política ou administrativa conjuntural. O maximalismo neoliberal, neste sentido, foi altamente funcional. Provia um repertório muito amplo de medidas radicais possíveis, ajustáveis às circunstâncias. E, ao mesmo tempo, demonstrou o longo alcance da ideologia neoliberal, sua capacidade abarcar todos os aspectos da sociedade e assim jogar o papel de uma visão verdadeiramente hegemônica do mundo.

Terceira lição: não aceitar nenhuma instituição estabelecida como imutável. Quando o neoliberalismo era um fenômeno politicamente menosprezado e marginal, durante o grande auge do capitalismo durante os anos 50 e 60, parecia ao consenso burguês daquele tempo inconcebível criar desemprego de cerca de 40 milhões de pessoas nos países ricos, sem provocar transtornos sociais; parecia impensável redistribuir renda abertamente, em alta voz, dos pobres aos ricos, em nome do valor da desigualdade; parecia inimaginável privatizar não somente o petróleo, mas também a água, a receita, hospitais, escolas, até prisões. Mas como sabemos, tudo isso se comprovou factível, quando a correlação de forças mudou. A mensagem do neoliberalismo foi, neste sentido, eletrizante em sociedades capitalistas. Nenhuma instituição, por mais consagrada e familiar, é, em princípio, intocável. A paisagem institucional é muito mais maleável do que se crê. Roberto Mangabeira Unger teorizou este traço histórico, dando-lhe uma fundamentação histórica e filosófica de envergadura em **Plasticidade e poder**. Mas este é um velho tema marxista "tudo que é sólido se desmancha no ar", proclamou o **Manifesto Comunista**.

Recordando estas lições do neoliberalismo, como encarar a sua superação? Quais seriam os elementos de uma política capaz de varrê-lo? O tema é vasto, vou indicar aqui somente três elementos de um pós-neoliberalismo possível.

Os valores

Temos que atacar robusta e agressivamente no terreno dos valores, ressaltando o princípio da igualdade, como o critério central de qualquer sociedade verdadeiramente livre. Igualdade não quer dizer uniformidade, como afirma o neoliberalismo, mas, ao contrário, a única autêntica diversidade.



MATISSE

O lema de Marx conserva toda, absolutamente toda, sua vigência pluralista hoje: "a cada um, segundo as suas necessidades; de cada um, segundo suas capacidades". A diferença entre os requisitos, os temperamentos, os talentos das pessoas está expressamente gravada nesta concepção clássica de uma sociedade igualitária e justa. O que significa isto hoje em dia? É uma igualização das possibilidades reais de cada cidadão viver uma vida plena, segundo o padrão que escolhe, sem carências ou desvantagens devido aos privilégios de outros, começando, bem entendido, com chances iguais de saúde, de educação, de moradia e de trabalho. Em cada uma dessas áreas não há nenhuma possibilidade em que o mercado possa prover sequer o mínimo requisito de acesso universal aos bens imprescindíveis em questão. Somente uma autoridade pública pode garantir a proteção contra a doença, a promoção do conhecimento e da cultura e a provisão de abrigo e de emprego para todos.

Göran Therborn falou com eloquência da necessidade de defender o princípio de Estado de bem-estar e eu estou de acordo. Mas, também, estendê-lo, pois o que necessitamos não somente defender, mas alargar, estender redes proteção social não necessariamente confiando sua gestão a um Estado centralizado. Para alcançar esse fim, claro, é necessária uma fiscalização absolutamente distinta da que existe nos países capitalistas desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, hoje. A evasão fiscal por parte das camadas ricas não é somente um fenômeno no que uma vez se chamava Terceiro Mundo, senão também e cada vez mais do próprio Primeiro Mundo. Se nem sempre é aconselhável entregar a provisão de serviços públicos ao Estado centralizado, a extração dos recursos necessários para financiar esses serviços, este sim, é uma função intransferível do Estado. Mas, para isto se precisa de um Estado duro e disciplinado, capaz de romper a resistência dos privilégios e bloquear a fuga dos capitais que qualquer reforma tributária deflagraria. Todo discurso antiestatista que ignore esta necessidade é demagógico.

A propriedade

A maior façanha histórica do neoliberalismo certamente foi sua privatização de indústrias e serviços estatais. Aqui se consumou a sua longa cruzada anti-socialista. Paradoxalmente lançando-se em tal projeto ambicioso, teve que inventar novos tipos de propriedades privadas, como, por exemplo, os certificados distribuídos grátis a cada cidadão da República Tcheca ou Rússia, dando-lhes direito a uma proporção igual a ações das novas empresas privadas. Estas operações, bem entendido, vão ser, no final das contas, uma farsa, as ações tão equitativamente distribuídas sendo logo adquiridas por especuladores estrangeiros ou mafiosos locais. Mas, o que estas operações demonstraram é que não há nenhuma imutabilidade no padrão da propriedade burguesa nos nossos países. Novas formas de propriedade popular estão para ser inventadas, formas que desagregam as funções da rígida concentração de poderes na clássica empresa capitalista de hoje.

Existe hoje uma discussão muito rica sobre este tema: a invenção de novas formas de propriedade popular, com muitas contribuições e propostas diversas. Muito da discussão mais recente se desprende diretamente da observação das formas mistas de empresas coletivas na China. As famosas TVES, ou seja, as chamadas empresas municipais e de aldeias, que hoje são motor central do milagre chinês. Há na

China formas de propriedade tanto industrial quanto agrária, nem privada, nem estatal, nem coletiva, exemplos vivos de uma experiência social criativa.

A democracia

O neoliberalismo teve a audácia de dizer abertamente: a democracia representativa que temos não é em si um valor supremo; ao contrário, é um instrumento inerentemente falível, que facilmente pode tornar-se excessivo e de fato tornou. Sua mensagem provocada era: precisamos de menos democracia. Daí, por exemplo, sua insistência de um banco central jurídico - e totalmente - independente de qualquer governo, ou seja, de uma constituição que proíbe taxativamente o déficit orçamentário. Aqui também devemos tomar e inverter a sua lição emancipadora e pensar que a democracia que temos - se a temos - não é um ídolo a adorar, como se fosse a perfeição final da liberdade humana. É algo provisório e defeituoso, que se pode remodelar.

O rumo da mudança deveria ser oposto ao neoliberalismo: precisamos de mais democracia. Isto não quer dizer, bem entendido, um suposta simplificação do sistema de voto, abolindo a representação proporcional em favor de um mecanismo norte-americano como preconizado, às vezes, por distintos estadistas na América Latina. Esta é uma proposta descaradamente reacionária. Tampouco mais democracia quer dizer conservar ou ao menos fortalecer o presidencialismo. Talvez a pior das importações estrangeiras na América Latina historicamente tenha sido uma servil imitação da Constituição dos Estados Unidos no século XVIII, que agora está sendo imitada pelos novos governantes semicoloniais da Rússia.

Uma democracia profunda exige exatamente o oposto deste tipo de poder plebiscitário. Exige um sistema parlamentar forte, baseado em partidos disciplinados, com financiamento público equitativo e sem demagogias cesaristas. Sobre tudo, exige uma democratização dos meios de comunicação, cujo monopólios em mãos de grupos capitalistas superconcentrados, de grupos capitalistas os mais prepotentes de toda a sua classe, é incompatível com qualquer justiça eleitoral ou soberania democrática real.

Em outras palavras, esses três temas podem ser traduzidos em vocabulário clássico: são formas modernas necessárias de liberdade, igualdade e - não digamos fraternidade, palavra um tanto sexista, mas - solidariedade. Para realizá-los, precisamos de um espírito sem complexos, seguro, agressivo que era o do neoliberalismo em sua origem. Isto seria o que talvez uma dia se chamaria de neo-socialismo. □

Perry Anderson é professor da Universidade da Califórnia. Esta é uma versão editada de sua intervenção no seminário Pós-neoliberalismo, organizado por Emir Sader e publicada em livro pela editora Paz e Terra.

Os temas dos valores, da propriedade e da democracia são a forma moderna de abordar a liberdade, a igualdade e a solidariedade.



Os novos donos do mundo

IGNACIO RAMONET

Atualmente, os três maiores fundos de pensão dos EUA controlam mais de 500 bilhões de dólares.

Seria uma ficção de Jorge Luis Borges. Em um reino distante, um soberano magnífico e cruel, contraído sobre os atributos de seu poder, enclausurado em seu suntuoso palácio, não teria visto o mundo, insensivelmente, imperceptivelmente, mudar ao seu redor. Até o dia da grande decisão. Então, para seu espanto, ele veria suas ordens não serem mais que simples murmúrios, que não se traduzem em atos. Porque o poder teria sido transferido. E o grande soberano teria deixado de ser o mestre do mundo.

Onde está o poder?

Aqueles que se entregam a intermináveis batalhas eleitorais, para conquistar democraticamente o poder não se arriscam a conhecer, em caso de vitória, uma decepção semelhante ao soberano desta fábula? Eles sabem que o poder neste final de século foi transferido? Eles não correm o risco de exibir muito rapidamente sua impotência? De serem obrigados a constatar que o verdadeiro poder está em outro lugar, fora do alcance!

A revista semanal francesa *Le Nouvel Observateur* publicou em 5/1/95 uma pesquisa sobre "os cinquenta homens mais influentes do planeta", mas nenhum chefe de Estado ou de governo, nenhum ministro ou deputado, de qualquer país que fosse, figurava na lista. Outra, *Le Point*, consagrou, em 4/3/95, sua capa ao "homem mais influente do mundo". De quem se tratava? De Bill Clinton? De

Helmut Kohl? De Boris Yeltsin? Não. Simplesmente, Bill Gates, da Microsoft, que domina os mercados estratégicos da comunicação.

Globalização e informática

A globalização das trocas de signos foi fabulosamente acelerada pela revolução da informática e da comunicação. Estas, concretamente, provocaram a explosão de dois setores, verdadeiros sistemas nervosos das sociedades modernas: os mercados financeiros e as redes de informação.

O mundo das finanças reúne as quatro qualidades que o faz um modelo perfeitamente adaptado à nova organização tecnológica: é imaterial, imediato, permanente e planetário. Atributos por assim dizer divinos e que, logicamente, dão lugar a um novo

culto, uma nova religião. A religião do mercado. As principais bolsas são ligadas e funcionam em cadeia. Non-stop. Ao redor do mundo, em frente a seus painéis eletrônicos, milhares de jovens super-diplomados, super-dotados, passam seus dias pendurados no telefone. Eles são o clero do mercado. Eles interpretam a nova racionalidade econômica. Aquela que tem sempre razão. E, frente a qual todo argumento - de ordem social ou humanitária, por mais forte que seja - deve se inclinar.

Uma dezena em todo o mundo

No entanto, o mais comum, é que os mercados funcionem, por assim dizer, às cegas, integrando parâmetros quase que emprestados da feitiçaria ou da psicologia de botequim como: "a economia dos rumores, a análise dos comportamentos de imitação, ou ainda estudos dos contágios miméticos" (*Le Nouvel Économiste*, 6/1/1995). Em razão destas novas características, o mercado financeiro produziu várias novas gamas de produtos - derivados, futuros - extremamente complexos e voláteis. Poucos especialistas os conhecem bem e isso lhes dá uma vantagem considerável nas transações. Ao todo, são uma dezena no mundo que sabem agir de forma a obter os maiores lucros, no curso dos valores e das moedas. Eles são considerados como os "senhores do mercado". Uma palavra de um deles e tudo pode balançar: o dólar baixa, a Bolsa de Tóquio desaba.

Face à potência destes mastodontes das finanças, os Estados não podem mais grande coisa. A recente crise financeira do México, detonada no fim de dezembro de 1994, mostrou isto. O que pesam as reservas acumuladas em divisas dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá face a força financeira dos fundos de investimento privados, na maior parte anglo-saxões e japoneses? Não muita coisa. No mais importante esforço financeiro jamais feito, na história econômica moderna, em favor de um país, no caso do México, os Estados Unidos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional conseguem, juntos, reunir por volta de 50 bilhões de dólares. Uma soma considerável. E daí, se sozinhos, os três maiores fundos de pensão americanos - Fidelity Investments, Vanguard Group e Capital Research & Management - controlam 500 bilhões de dólares (*US News and World Report*, 6/2/1995).

Os mercados votam

Os administradores destes fundos concentram em suas mãos um poder financeiro de uma envergadura inédita, que nenhum ministro da economia ou presidente de banco central possuem.

Os dirigentes políticos das principais potências planetárias, reunidos no Fórum Internacional de Davos (Suíça), em janeiro, disseram claramente que eles desconfiam da nova palavra de ordem da moda: "Todo poder aos mercados!"; e que temem a potência sobre-humana destes administradores de fundos. Sua fabulosa riqueza, geralmente abrigada em paraísos fiscais, está totalmente livre do controle dos governos e agem segundo sua vontade no ciberespaço da geo-finança. Este constitui uma espécie de nova fronteira, um novo território de cuja sorte depende



HR GIGER

Quando se tem o poder econômico e o controle da mídia, a conquista do poder político pode ser mera formalidade.

uma boa parte do mundo. Sem contrato social. Sem sanções. Sem leis.

“Os mercados votam todos os dias, diz George Soros, financista multi-milionário, *eles forçam os governos a adotar medidas certamente impopulares, mas indispensáveis. São os mercados que têm a direção do Estado*” (*La Repubblica*, Roma, 28/1/1995). Raymond Barre, antigo primeiro-ministro francês e grande defensor do liberalismo econômico, responde: “*Decididamente não podemos mais deixar o mundo nas mãos de um bando de irresponsáveis de trinta anos que só pensam em fazer dinheiro*” (*Le Nouvel Observateur*, 9/2/1995). Ele julga que o sistema financeiro internacional não possui mais os meios institucionais próprios para fazer face aos desafios da globalização e da abertura generalizada dos mercados. É também o que constata Boutros Boutros-Gali, secretário geral das Nações Unidas: “*A realidade do poder mundial escapa amplamente aos Estados. Tanto isto é verdade que a globalização implica na emergência de novos poderes que transcendem as estruturas estatais*” (*Le Figaro*, 28/1/1995).

O poder da mídia

Dentre estes novos poderes, a mídia de massas aparece como um dos mais poderosos e temíveis. Pela primeira vez na história do mundo, mensagens são enviadas permanentemente, pela via de canais de televisão transmitidos por satélite, ao conjunto do planeta. Atualmente existem dois canais planetários, CNN e MTV, mas amanhã eles serão dezenas; que revolucionarão costumes e culturas, idéias e debates. Irão parasitar ou provocar um curto-circuito no discurso dos governantes, assim como, lhes conduzir.

Nem Ted Turner, da CNN, nem Rupert Murdoch,

da News Corporation Limited, nem Bill Gates da Microsoft, nem Jeffrey Vinik, da Fidelity Investments, nem Larry Rong, da China Trust & International Investment, nem Robert Allen, da ATT, nem mesmo George Soros ou dezenas de outros verdadeiros donos do mundo, submeteram seus projetos ao sufrágio universal. A democracia não é para eles. Eles estão acima das intermináveis discussões, nas quais conceitos como bem público, bem estar social, liberdade, igualdade têm ainda algum sentido. Eles não têm tempo a perder. Seu dinheiro, seus produtos e suas idéias atravessam sem obstáculos as fronteiras do mercado globalizado.

Aos seus olhos, o poder político não é mais que o terceiro poder. Primeiro, há o poder econômico, depois, o poder da mídia. E quando se possui estes dois - como Silvio Berlusconi demonstrou na Itália, no ano passado - conquistar o poder político é apenas uma formalidade. □

Este é o editorial do *Le Monde Diplomatique* de maio.



IN CIGER

De Moncada a Chiapas

MICHAEL LOWY

Muitos ex-revolucionários trataram de esquecer seu passado, seus irmãos caídos, suas esperanças e desesperanças. Alguns se tornaram cínicos, outros oportunistas e outros (ou os mesmos) se “reconciliaram com a realidade”, aceitando as regras do jogo imperantes. Tornaram-se razoáveis, moderados, pragmáticos, modernos (ou pós-modernos), neoliberais, ou talvez social-democratas?

Daniel Pereyra não é assim. Ele é dos que não se rendem, dos que não se esquecem, dos que não renegam, dos que não mudam de cor para se adaptar ao meio-ambiente, dos que seguem, firme e tranquilamente, seu caminho, ainda que os ventos soprem na direção contrária. O seu livro *De Moncada a Chiapas* é, sem dúvida, a mais completa história dos movimentos de luta armada na América Latina: simples, precisa, sistemática, com todos os dados e as datas e nenhum efeito retórico, nem recurso ao jargão acadêmico.

É a melhor introdução para aqueles que queiram saber como e porque tantas pessoas e grupos, as vezes povos inteiros, pegaram em armas durante os últimos quarenta anos. Não é uma história impessoal e abstrata: contem muitos nomes de lutadores, homens e mulheres de carne e osso, heróis, vítimas, desaparecidos... desde os mais conhecidos, como o Che, Santucho, Ana Maria Villareal, Marighella, Lamarca, Miguel Enríquez, Camilo Torres... até os anônimos, dos quais só resta um nome de guerra, José...

Walter Benjamin escrevia na Tese 6 de *Sobre o conceito de história* (1940): “A capacidade de acender no passado a chama da esperança só existe para o historiador plenamente convencido de que, se o inimigo vence, nem sequer os mortos estarão seguros. E esse inimigo não parou de vencer.”

Os vencedores de hoje na América Latina querem, uma vez mais, esmagar os combatentes caídos, extirpá-los da memória coletiva do povo, condená-los ao esquecimento, cobrindo-os com o chumbo do silêncio ou do desprezo. É tarefa do historia-

dor revolucionário salvar-los desta segunda morte. Os vencedores de Sandino, Farabundo Martí e Zapata não conseguirão borrar sua memória, nem impedir que seus nomes voltem a iluminar a esperança.

A sublevação zapatista de Chiapas é um bom exemplo da permanência dos métodos insurreccionais de luta na América Latina neoliberal de hoje. Existe um fio de continuidade histórica que liga o EZLN com o Exército do Sul de Emiliano Zapata, passando pela revolução sandinista e o assalto à Moncada. A esquerda latino-americana atual utiliza, na maioria dos países, os processos eleitorais, apesar de obstáculos institucionais. Mas se conseguisse chegar ao governo, como evitar o trágico destino de Salvador Allende e seus camaradas?

Estas e outras perguntas fazem com que este livro tenha um interesse não só histórico, mas também presente e futuro. □

Daniel Pereyra - *Del Moncada a Chiapas. Historia de la lucha armada en América Latina. Madrid, Los libros de la catarata, 1994.*



O balanço histórico da URSS

Ernest Mandel editou *Poder e dinheiro* (*Power and money*) em 1993, pela Verso de Londres. Escrito em inglês, e ainda inédito em português, este livro foi seu mais ambicioso esforço de oferecer, já à luz do colapso da URSS, uma explicação global para o fenômeno da burocracia tanto nestas sociedades como sob o capitalismo. Publicamos a seguir, editadas como quatro matérias, a introdução de *Poder e dinheiro*.

A agonia mortal dos regimes burocráticos na Europa Oriental junto com o colapso da União Soviética colocaram de forma mais aguda possível o problema de sua natureza social e lugar na história - problema em grande medida idêntico aquele da natureza específica da burocracia nestas sociedades.

Os eventos foram em geral cruéis com a maioria das teorias oferecidas para responder a esta questão. Por exemplo, ideólogos de extrema-direita - e pseudo-esquerdistas como Cornelius Castoriadis - sustentaram de forma consistente que os regimes estalinistas e pós-estalinistas eram "totalitários", no sentido que eles não poderiam ser sacudidos internamente e se reproduziriam por um período indefinido de tempo. Os eventos de 1989 a 1991 refutaram esta tese. Por sua vez, alguns marxistas como Paul Sweezy argumentaram que era impossível considerar o regime como sendo "de transição" quando ele já durava setenta anos. Mas o que é um regime que é abalado em suas fundações depois de 72 anos? Poderia não ser de transição depois de tudo?

A restauração em jogo

A questão da restauração do capitalismo está agora colocada na Europa Oriental e na antiga União Soviética - e é exatamente assim como a questão é compreendida por todas as forças sociais e políticas, tanto nacional como internacionalmente.

Aqueles que identificavam a URSS como capitalismo de Estado estão colocados perante um enigma: como pode o capitalismo ser restaurado se o Estado já é capitalista? É inútil argumentar que o capitalismo de Estado é diferente do capitalismo privado. Porque se a diferença é qualitativa, qual é a serventia de chamar ambos de capitalismo? E se a diferença é apenas quantitativa, torna-se impossível explicar como tais mudanças menores poderiam ter provocado uma comoção profunda, sistêmica em vários países da Europa Oriental. É difícil conceber como uma diferença menor que a economia seja ou não dominada pela lei do valor; mas é precisamente isso que agora está em questão nos casos da antiga República Democrática Alemã, Polônia ou Hungria, na transição de um sistema para outro.

Todos aqueles que caracterizaram a buro-

cracia como uma nova classe dominante parecem ainda mais desorientados à luz dos eventos na Europa Oriental. Que espécie de classe dominante é essa que vai tão longe na liquidação de si própria, que abdica tão rapidamente de uma grande parte de seu poder, na Polônia e na Hungria mesmo na ausência da pressão de um movimento revolucionário de massas? Uma nova classe dominante que demonstra ser incapaz de reproduzir seu domínio após exercê-lo por três quartos de século? Uma nova classe dominante que não domina através de uma forma distinta de apropriação do produto social excedente?

Ninguém pode compreender a história da URSS depois de 1923 sem vê-la como uma luta entre três atores, a burocracia, a classe trabalhadora e as forças pequeno-burguesas e pró-burguesas. Nem na crise de 1928-33, nem da de 1941-42 Stalin restaurou o capitalismo; nem o manteve na Europa Oriental em 1947-48.

Luta entre três atores

A burocracia tentou, seja impedindo a construção de uma sociedade sem classes socialista, seja impedindo a restauração do capitalismo, defender e estender seu próprio poder e seus privilégios. Ela tinha uma autonomia *relativa* que lhe permitiu defender-se, na medida em que não era desafiada por uma sublevação revolucionária de massas. A base histórica real de seu poder foi o declínio e, depois, o desaparecimento da atividade de massa independente. Enquanto esta condição se manteve, a autonomia relativa pôde persistir.

Do ponto de vista do desenvolvimento histórico de longo prazo, a burocracia soviética pode certamente ser vista como uma correia de transmissão da pressão capitalista sobre a União Soviética. Mas isso não significa que durante um período de transição ela atue em cada crise grave segundo os interesses imediatos da burguesia internacional. Os golpes que a burocracia desfechou em vários pontos da história contra forças burguesas ou pró-burguesas vieram após períodos nos quais ela própria tinha enfraquecido a URSS e o proletariado soviético, e foram acompanhados de novos golpes contra os operários e camponeses. De um ponto de vista de conjunto, a natureza globalmente contrarrevolucionária da burocracia parece inegável.

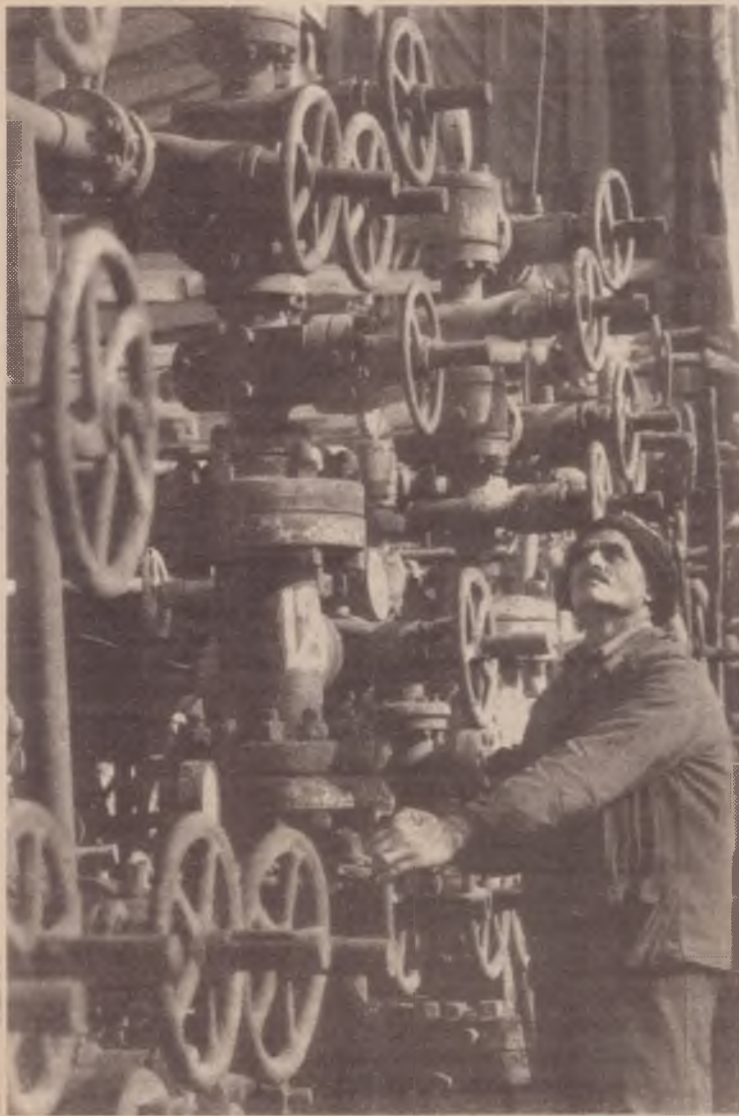
Sociedade de transição

Apenas a interpretação marxista-revolucionária da URSS e da burocracia soviética emerge inteira das comoções recentes. A União Soviética era uma sociedade pós-capitalista, congelada em um estágio de transição entre o capitalismo e o socialismo como resultado, de um lado, de seu isolamento internacional dos países industrialmente mais avançados e, de outro, dos efeitos negativos da ditadura burocrática em todos os campos da vida social. Ela poderia regressar ao capitalismo. Ela poderia empreender avanços significativos em direção ao socialismo.

Esta concepção de uma burocracia *socialmente distinta* justifica a utilização do termo para caracterizar a camada dominante na URSS nos diversos momentos - ou seja, em 1930, 1937, 1945, 1956, 1970, 1986 e 1990. As condições políticas eram muito diferentes nos distintos momentos. Mas o que elas expressavam eram formas variadas de exercício do poder pelo mesmo estrato social. De maneira similar, a burguesia imperialista alemã manteve seu domínio sob Bismarck em 1880, o Kaiser em 1900, a República de Weimar em 1920, os nazistas em 1935 e a República Federal desde 1948, mas através de sistemas políticos muito diferentes.

A coesão interna da burocracia era muito maior no período de 1950-70 que em 1930-39 ou que nos anos 80. O grau de coesão refletia e interagiu poderosamente com a relativa estabilidade ou instabilidade da própria sociedade. Desta forma, a crescente e conflituosa decomposição da própria burocracia aumentou a velocidade da desintegração da sociedade soviética e da União Soviética como um Estado. □

A União Soviética era uma sociedade pós-capitalista, congelada em um estágio de transição entre o capitalismo e o socialismo. Ela poderia regressar ao capitalismo ou avançar em direção ao socialismo.



SEBASTIÃO SALGADO



O caráter da burocracia

Através do mundo, virtualmente todas as correntes e tendências da esquerda estão hoje colocando a mesma série de questões. Como o desastre foi possível? Quais são suas causas históricas profundas? Como uma repetição pode ser evitada? O projeto socialista ainda tem, apesar de tudo, algum futuro? Sobreviverá ao naufrágio do estalinismo e do pós-estalinismo? É impossível dar uma resposta convincente a estas questões sem apresentar uma teoria sistemática da burocracia operária - das burocracias que emergem das organizações da classe trabalhadora e Estados operários.

Nova camada social

A burocracia é um monstro de muitas faces e tem que ser apreendida com tal. Suas raízes são econômicas e institucionais. Seu processo de desenvolvimento envolve opções políticas estratégicas. Elas refletem-se em processos de auto-justificação ideológica e degeneração. Seu ascenso ao poder é mediado por mecanismos de seleção negativa de quadros. Nosso fio condutor para sua análise é a definição da burocracia como uma *nova camada social* que se apropria das funções previamente exercidas pelas próprias massas. Isto advem da introdução no movimento dos trabalhadores, inclusive no partido dirigente em um Estado operário, da divisão social

do trabalho. Os trabalhadores são, administrados e dirigidos por pessoas oriundas de seu próprio seio. Eles tornam-se oprimidos e explorados por seus próprios funcionários.

As causas e consequências econômicas desta opressão na Rússia Soviética foram em grande medida compreendidas pelos marxistas desde os anos 20. As causas e consequências institucionais foram desnudadas por Rosa Luxemburgo em 1918, pela Oposição de Esquerda, pela brilhante análise de Rakovsky nos anos 20 e pela magistral síntese de Trotsky nos anos 30. Muitas revelações sensacionais sobre o Terremoto soviético foram publicadas na URSS nos marcos da *glasnot*, mas elas não acrescentam nada realmente novo à análise fundamental.

Poder e dinheiro

Na URSS e em países similares, o caráter ambivalente e híbrido da burocracia operária pode ser observado de maneira mais clara na relação entre poder administrativo e riqueza monetária. A natureza não-capitalista desta burocracia expressava-se no fato que ela essencialmente *dominava* não através do dinheiro mas através do monopólio do poder político. Sua natureza não-socialista, de outro lado, expressava-se em sua incapacidade de libertar-se da *influência* do dinheiro e da riqueza monetária. O fato que ela não era uma nova classe dominante expressava-se em sua incapacidade de libertar-se desta combinação global híbrida de monopólio do poder e poder monetário e basear-se em mecanismos fundamentalmente novos de dominação.

O crescimento inegável do Estado e das burocracias privadas nos países capitalistas tem que ser colocado nos marcos reais do poder de classe. Em nenhum lugar algum setor da burocracia burguesa foi capaz de romper o poder decisivo da riqueza monetária. Ao contrário: enquanto nas sociedades pós-capitalistas a riqueza monetária é, em última análise, subordinado ao poder político, nas sociedades capitalistas o poder é, no final das contas, uma emanção da riqueza monetária. Na medida em que ela atinge um alto grau de autonomia, isto pode se tornar ou uma avenida para a acumulação primitiva de dinheiro privado ou um meio de penetração nas camadas superiores da classe burguesa.

A idéia da "burocratização do mundo" é falsa. Ela pressupõe a ruptura do controle do grande capital sobre os principais mecanismos de produção e distribuição da riqueza material, e assim sobre a sociedade como um todo, quando na realidade tal processo sequer chegou a se iniciar em qualquer país capitalista desenvolvido.

Fontes de burocratização

É verdade que há duas fontes sociais comuns para o paralelo - mas não idêntico - processo de burocratização das organizações de massa da classe trabalhadora nos Estados operários, dos Estados burgueses e das grandes corporações privadas: a crescente complexidade da vida social e econômica desde o declínio do capitalismo "competitivo"; e a crescente necessidade de todas as classes dominantes e camadas sociais de manter os trabalhadores e todos os "de baixo" sob um controle mais estreito do que antes, dada a maior força objetiva do proletariado mundial e seu maior potencial para desestabilizar e derrubar as estruturas de poder existentes. Burocracias de natureza completamente diferente correspondem a este fenômeno dual.

Em última instância, o fenômeno da burocratização expressa o instável equilíbrio de forças de classe que caracterizou a situação mundial destes 1917. O proletariado mundial foi incapaz de estender a Revolução de Outubro aos principais países industrializados. O imperialismo ainda foi capaz de restaurar seu domínio sobre todo o mundo e derrotar de forma decisiva o movimento operário nos países capitalistas. Este equilíbrio instável não podia durar para sempre. O destino das burocracias será decidido pelo resultado final da luta de classes em escala mundial. □

Bibliografia de Ernest Mandel

Em português

O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. "Os economistas" (primeira edição em alemão de 1972).
A formação do pensamento econômico de Karl Marx. De 1843 até a redação de O capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
A resposta operária à inflação, desemprego e emigração. Lisboa, Antídoto, 1975 (com L. Maitan, C.A. Udry e D. Bailey).
Além da perestroika. A era Gorbachov e o despertar do povo soviético. São Paulo: Busca Vida, 1989.
Da Comuna à maio de 1968. Escritos políticos 1. Lisboa: Antídoto, 1979.
Os estudantes os intelectuais e a luta de classes. Escritos políticos 2. Lisboa: Antídoto, 1979.
A teoria leninista da organização. São Paulo: Aparte, 1984.
Trotsky. Um estudo da dinâmica de seu pensamento. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
Crítica do eurocomunismo. Lisboa: Antídoto, 1978.
Marxismo revolucionário atual. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
Introdução ao marxismo. Porto Alegre: Movimento, 1982 e São Paulo: Página 7, 1989.
O lugar do marxismo na história. São Paulo: Aparte, 1987.
A China antes e depois de Mao. Lisboa: Antídoto, 1977 (com S. Wu, C. Rossi, P. Rousset e R. Lew).
A luta pela democracia socialista na União Soviética. Lisboa: Antídoto, 1977.
Sobre o fascismo. Lisboa: Antídoto, 1976.
Teoria marxista do Estado. Lisboa: Antídoto, 1977.
Delícias do crime. Uma história do romance

policial. São Paulo: Busca Vida, 1987.
O significado da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Ática, 1993.
Iniciação à teoria econômica marxista. Lisboa: Antídoto, 1978.
Em castelhano
El capital. Cien años de controversias en torno de la obra de Karl Marx. México, DF: Siglo XXI, 1985 (primeira edição em inglês, 1976, 1978 e 1981).
Tratado de economia marxista. México, DF: Era, 1976 (primeira edição em francês, 1962).
Introdução, notas e compilação à Control obrero, consejos obreros, autogestión. México, DF: Era, 1974.
Introdução, notas e compilação à Trotsky: teoría y practica de la revolución permanente. México DF: Siglo XXI, 1983.
Preguntas y respuestas sobre la historia del Partido Comunista de la URSS. Bogotá: Pluma, 1977.
El marxismo de Trotsky. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1970 (com Nicolas Krasso e Monthly Johnstone).
Marxismo abierto. Barcelona: Grijalbo, 1982.
Em francês
La concentration économique aux Etats-Unis. Paris: Anthropos, (com Daniel Guerin).
La longue marche de la révolution. Paris: Galilée, 1976.
Deux pas en avant, un pas en arrière (réponse a Althusser et Elleinstein). Paris: La Brèche, 1979.
Réponse socialiste au défi américain. Paris: Maspero, 1968.
Em inglês
Long waves of capitalist development. Cambridge University Press, 1980.
Coordenação da obra Ricardo, Marx, Sraffa. Londres: Verso, 1984.
Power and money. Londres: Verso, 1993.

Problemas da interpretação



Quando afirmamos que a interpretação marxista revolucionária da burocracia soviética é a única que resistiu ao duro teste dos acontecimentos, não estamos dizendo que ela ofereceu uma resposta para cada questão. Longe disso. Em nossa abordagem do caráter de transição da sociedade soviética e da natureza peculiar da burocracia soviética, nosso foco sempre esteve na *ascensão* desta camada social e na estabilidade relativa de seu poder e privilégios. Mas o problema hoje é o do *declínio* e agora da decomposição desta mesma camada social. A dialética do declínio não é idêntica a dialética do ascenso. Dois pontos devem ser enfatizados sobre isso.

A posição relativa da burguesia mundial e da burocracia soviética era completamente diferente nos anos 30 (a crise econômica mundial) do que ela é hoje. Durante o ascenso do estalinismo, especialmente depois de 1928, a burocracia comportou-se como os novos-ricos bem sucedidos. Mesmo quando Khrushchev sucedeu Stalin, ele ainda se sentia capaz de declarar para a burguesia norte-americana: "Nós enterraremos vocês".

Relação de forças

Hoje, entretanto, a burocracia soviética, como a chinesa, opera em um contexto mundial onde a relação de forças econômica com os países imperialistas líderes está efetivamente piorando. Ela está profundamente consciente desta deterioração, exagerando mesmo sua profundidade e duração. Ela não tem mais nada da arrogância; é marcada, ao contrário, por um desespero senil. Assim, por razões objetivas e subjetivas, é muito mais vulnerável à pressão imperialista, e forças substanciais dentro de suas próprias fileiras estão prontas a se integrar à burguesia internacional.

Além disso, depois da Segunda Guerra Mundial, como resultado do fortalecimento objetivo dos EUA, da expansão das revoluções e dos efeitos dos muitos crimes da burocracia soviética, os imperialistas foram bem sucedidos em estabelecer uma aliança internacional que contrasta com os profundos abismos que os dividiam no período de 1929 a 1945. Apesar das rivalidades inter-imperialistas continuarem operando, elas o faziam dentro do marco desta aliança. O mercado mundial fragmentado dos anos 30 e 40 deu um espaço para a utopia reacionária do "socialismo num só país" poder respirar. O mercado mundial unificado das últimas décadas demoliu esta utopia.

De outro lado, a derrubada de ditadura burocrática por uma revolução política *vitoriosa* surge hoje como uma possibilidade. A relação de forças objetiva entre o proletariado, a burocracia e as forças restauracionistas certamente confere um grande peso à classe trabalhadora, pelo menos na Rússia e Tchecoslováquia, e mesmo na Romênia e Polônia. O nível de atividade e mobilização da classe trabalhadora veio aumentando em vários destes países. Entretanto, um desenlace vitorioso também exige um alto nível de consciência de classe, auto-organização e liderança política por parte da classe trabalhadora, com um conteúdo e uma dinâmica claras de poder de classe - condições que ainda estão ausentes em cada país da Europa Oriental e, em menor grau, na própria Rússia.

Três estágios

Testemunhamos na Alemanha Oriental a rápida transformação de uma revolução política em uma contra-revolução social. Forças restauracionistas progrediram em vários outros países da Europa Oriental e estão agora se desenvolvendo em larga escala na URSS. Mas fora o engolfamento da RDA pela República Federal Alemã, a restauração do capitalismo não é um processo completo em lugar nenhum. O processo seguiu um padrão clássico de três estágios. Um primeira fase de euforia democrática geral foi seguida por uma contra-ofensiva reacionária, em condições de profunda desorientação e confusão política da classe trabalhadora. Mas

então, em uma terceira fase, os trabalhadores começaram a defender seus interesses materiais imediatos não apenas contra as forças abertamente restauracionistas mas também contra os governos "democráticos" que eles próprios ajudaram a eleger. Esta fase já começou na Polônia. Ela se desenvolverá nos outros lugares.

A restauração do capitalismo é possível apenas se esta resistência for derrotada. Este desenlace, todavia, não é certo. Não é inevitável na antiga URSS, que tem a classe operária mais forte do mundo, uma das mais qualificadas e a mais culta. O despertar desta poderosa força social, com seus primeiros movimentos de intervenção independente, é um dos aspectos mais positivos do desenvolvimento mundial nos últimos cinco anos. Mas, tudo isso dito, ainda permanece o fato que o baixo nível de consciência de classe da classe trabalhadora soviética e da Europa Oriental criou uma situação que os restauracionistas podem aproveitar.

Nível de consciência

Temos que admitir que os marxistas-revolucionários substituíram seriamente os efeitos desastrosos de longo prazo do estalinismo e da ditadura burocrática sobre o nível médio de consciência. O balanço que a grande maioria dos trabalhadores destes países tirou de sua experiência é que a ditadura burocrática fracassou totalmente em assegurar o nível de consumo e liberdade que eles aspiravam. Como décadas de doutrinação estalinista - reforçadas pela ofensiva ideológica burguesa - diziam para eles que estes regimes burocráticos eram socialistas, a bancarrota do estalinismo aparece a seus olhos como a bancarrota do comunismo, do marxismo e mesmo do socialismo em seu sentido mais geral. Isto criou em seu coração um tremendo vácuo ideológico-moral. E na medida em que a sociedade, como a natureza, tem horror ao vácuo, correntes ideológicas distintas e opostas ao socialismo - da social-democracia pró-capitalista e do liberalismo ao fundamentalismo religioso, chauvinismo racista e facismo - descobriram ser possível penetrar nestas sociedades e avançar consideravelmente.

Para conquistar o nível de consciência e liderança adequado para a tarefa de tomar e exercer diretamente o poder de Estado - isto é, para liderar uma revolução política vitoriosa - as classes trabalhadoras soviética e da Europa Oriental terão que passar por toda uma série de experiências práticas na luta de massas. Nenhuma propaganda ou educação, ainda que elas sejam necessárias, pode substituir essa que é a única fonte real de consciência coletiva de massa. Qualquer tentativa de encontrar atalhos neste longo e doloroso processo - por exemplo, através de novos experimentos de substitucionismo - conduzirá a duros desastres. □

O foco de nossa análise sempre esteve na ascensão da burocracia. Mas o problema hoje é o do seu declínio e decomposição. A dialética do declínio não é idêntica a dialética do ascenso.



Burocracia e socialismo



As perspectivas para um novo avanço em direção ao socialismo articulam-se com uma marginalização radical do peso da burocracia dentro do movimento de massas. Em última instância, os marxistas tem que partilhar da crença do próprio Marx que o futuro do socialismo está indissolúvelmente ligado às lutas da classe trabalhadora realmente existente - isto é, com seus interesses imediatos como compreendidos por elas próprias. Tem também que partilhar da convicção de Marx que a possibilidade do socialismo advém das contradições do capitalismo, que os elementos constitutivos da nova sociedade se desenvolvem das entranhas das próprias sociedades capitalistas mais avançadas. A revolução socialista significa a libertação destes elementos constitutivos.

Auto-atividade e fim da burocracia

Neste sentido, da mesma forma que o processo de burocratização articula-se com o declínio do controle da classe trabalhadora sobre suas próprias organizações e o Estado operário, o desaparecimento da burocracia articula-se com um aumento radical da auto-atividade e auto-organização dos trabalhadores e com sua capacidade de tomar em suas mãos a reorganização da sociedade em condições relativamente favoráveis de riqueza material. Isto baseia-se em evidências empíricas: embora seja verdade que até agora os trabalhadores não foram capazes de prevenir-se contra os efeitos duradouros da burocratização de suas organizações, foram capazes em vários momentos de desafiar isso de maneira significativa em uma série de países, em função das mobilizações e do aumento qualitativo da auto-atividade.

Embora seja verdade que a massa dos assalariados não tenha sido capaz de tornar-se a direção efetiva da sociedade, ela tem dado periodicamente passos significativos neste sentido através de vigorosas explosões de lutas de massa.

Embriões de novas práticas políticas

Uma indicação significativa é o crescimento massivo das mobilizações extra-parlamentares na luta contra a guerra e o militarismo; as campanhas contra a energia nuclear; a defesa do meio-ambiente; as questões colocadas pelo ascenso do feminismo; os novos movimentos em direção à democracia direta; a extensão dos direitos dos trabalhadores; e as questões relativas à "qualidade de vida" em geral. Estes movimentos estão desconectados uns dos outros, fragmentados em bases monotemáticas, sem uma perspectiva política de conjunto, sem uma visão coerente de um modelo alternativo de sociedade. Elas podem ser parcialmente reintegradas na ordem política estabelecida. Mas expressam uma tendência instintiva dos trabalhadores em direção a outras formas de praticar a política. Mais democracia direta versus uma democracia exclusivamente indireta, representativa que está cada vez mais associada a traços autoritários repressivos, para não dizer diretamente à ditadura: esta é a alternativa política para os anos que virão.

Isso está estreitamente ligado à orientação socioeconômica: nem despotismo estatal, nem despotismo do mercado; que os trabalhadores decidam o que produzir, como produzir e como dividir o produto.

Esta visão crescerá nos Estados ainda dominados pelo sistema estalinista, como a China, mas também nestes Estados que rejeitaram o estalinismo. Articula-se com a lógica da terceira revolução tecnológica, que exige o desaparecimento do processo de trabalho hierarquicamente organizado de cima a baixo. O futuro do socialismo e da liberdade humana, o futuro - mesmo a sobrevivência física - do próprio gênero humano depende da fusão consciente e organizada destas tendências. □



SEBASTIÃO SALGADO

O otimismo fundamentado

No seio da esquerda institucionalizada, e mesmo entre militantes da ex-esquerda radical, Ernest Mandel era frequentemente qualificado de "otimista inveterado", um julgamento que revela a suspeita de que otimismo rimaria com ingenuidade.

Ora, na melhor tradição humanista e marxista, Ernest Mandel compreendeu que a razão não pode desabrochar sem a esperança, e que a esperança não pode se exprimir sem a razão, isso na imbricação própria do seu marxismo aberto.

Suas convicções solidamente fundamentadas, sua esperança embasada se enraizavam tanto na sua capacidade de elucidar os possíveis desenvolvimentos da realidade quanto na vontade de participar da obra coletiva visando mudar o mundo, portanto de fazer florescer outros possíveis.

Porque esta esperança esposava a razão, as derrotas e as catástrofes - numerosas, terríveis - eram para ele não somente a prova da necessidade de mudança radical, mas também de suas possibilidades, destacadas no estudo das próprias razões das derrotas e das catástrofes.

Ernest era portanto um grande realista. Ele não se dobrava diante do "mundo realmente existente" imediato. Ele rejeitava este pseudo-realismo, este determinismo plano que orienta a retirada estratégica de tantos intelectuais e militantes.

*Esta combinação - palavra que ele utilizava tão frequentemente - de ciência e de esperança, eis uma das lições que Ernest Mandel procurou legar a várias gerações de militantes através do mundo. Sua admiração por uma parte importante da obra de Ernest Bloch, **O princípio esperança**, respondia às linhas de força de um pensamento que se forjou muito jovem, quando era meia-noite no século, no final dos anos 30 e durante a Segunda Guerra Mundial.*

Ernest Mandel desaparecido, para mais de um militante, é um amigo que está ausente. Mais do que uma presença permanecerá. Uma presença com a qual numerosas pessoas que o conheceram dialogarão pela ação e pelo pensamento, que eles obstinarão em prolongar com sua esperança. □

Charles-André Udry

No mês de julho o saldo da entrada de dólares bateu o recorde histórico do país, chegando a US\$ 3,98 bilhões, e as reservas internacionais voltaram a um nível de cerca de US\$ 40 bilhões, da mesma ordem do de fins de 1994. E embora os dados já disponíveis apontem para uma balança comercial em julho, mais uma vez, deficitária, e pelo nono mês consecutivo, as previsões gerais são de que agora este déficit está sendo revertido, que já em agosto a balança comercial - enfim! - será superavitária.

Por outro lado, o IPC da Fipe, que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu consideravelmente em junho e julho, chegando a um aumento de preços de 3,72% mensais (o que, anualizado, dá cerca de 55% - uma inflação já muito alta). Embora todas as previsões sejam de que deve haver alguma queda da inflação a partir de agosto, a situação nesta área não está de maneira nenhuma sob controle: para os próximos meses os índices serão pressionados por reajustes das tarifas públicas e pela entressafra agrícola.

Parece, pois, que estamos numa situação inversa à do início do ano: agora a situação externa parece tranquila, mas a inflação dá sinais de que pode recuperar seu fôlego. Além disso, naquela época a economia estava superaquecida, e agora há claros indícios de desaceleração, com tendência a uma recessão.

No entanto, podemos dizer que os problemas fundamentais da economia brasileira e os impasses do "Plano Real" permanecem os mesmos.

Fluxo de capitais externos

Vejamos mais de perto a situação da área externa da economia. Em primeiro lugar, o quê provocou a nova inversão do fluxo de capitais internacionais, que voltam ao Brasil? Pelo menos quatro fatores: a mudança na conjuntura econômica dos Estados Unidos, onde a redução do crescimento da economia provocou um afrouxamento da política monetária e uma queda das taxas de juros (ainda que pequena); uma maior confiança dos mercados internacionais na América Latina, já que momentaneamente a situação no México e na Argentina está aparentemente sob controle; o nível extremamente elevado das taxas de juros no Brasil (as maiores do mundo em termos reais); e a confiança dos investidores de que o Brasil conseguirá recuperar algum superávit co-



A FÚRIA CONTRA OS SALÁRIOS

mercial, depois que o Banco Central mudou a "banda cambial" e garantiu uma margem razoável para uma desvalorização gradativa do real o governo demonstrou capacidade de reduzir a demanda.

Destes quatro fatores, os dois primeiros estão fora do controle brasileiro. E toda a situação financeira internacional é extremamente instável. Quanto ao terceiro fator, há várias razões que levam o Banco Central brasileiro a uma política de redução gradativa das taxas de juros, e então a vantagem para os investidores estrangeiros será reduzida.

Limites da "âncora cambial"

Se é verdade que a perspectiva de crise cambial em 1995 no Brasil está afastada, é importante notar que a conta corrente no balanço de pagamentos registrará um déficit em torno de US\$ 20 bilhões. Supondo que as reservas internacionais fiquem no mesmo nível que estavam no fim de 1994, e considerando que não houve um volume expressivo de investimento estrangeiro de longo prazo no país, isto significa que estes US\$ 20 bilhões terão se transformado em maior estoque de dívida externa (e portan-

to mais encargos a pagar) e sobretudo em maior entrada de "hot money". As reservas brasileiras ficaram mais frágeis, e levando em conta a experiência recente da crise mexicana, continua a ser essencial conseguir algum superávit na balança comercial para contrabalançar o déficit na conta de serviços, que crescerá, e pelo menos reduzir o déficit na conta corrente. Seria uma completa loucura usar a "âncora cambial" como foi feito até o início de 1995,

E aí voltamos ao problema: o governo ficou sem a "âncora cambial" (ou com uma "âncora" muito flexibilizada), continua com uma situação fiscal muito precária,

e não tem política de rendas. A volumosa entrada de dinheiro externo inclusive obrigou o governo a emitir mais dívida pública, para evitar excesso de dinheiro circulando, e aumentou portanto os gastos com juros, piorando a situação fiscal.

A ameaça da inflação

Assim, a tendência da inflação é de voltar pouco a pouco. Ainda mais considerando que não será possível contar com uma grande safra agrícola e não será possível manter as tarifas e preços públicos congelados (já começou o reajuste). É por isso que a inflação subiu o governo se agarra a uma política recessiva e se volta, com sanha e fúria, contra os salários.

Ou seja: o governo não tem nem vontade, nem força política para tomar medidas que enfrentem as classes dominantes, como teria de acontecer numa reforma fiscal e tributária séria (que teria de começar com um combate para valer à sonegação, conseguir que os ricos comessem a pagar impostos etc.). Mas tem vontade (não sabemos se força política - esperemos que não tenha) para realizar um dos maiores ataques contra os salários já feitos neste país, através da medida provisória 1053 (reeditada de forma ligeiramente atenuada). Esta MP não apenas é absurda porque discrimina contra os salários (para os quais qualquer indexação é proibida - com uma inflação de mais de 30% ao ano, e recessão), como estabelece um novo conceito de "livre negociação": liberdade irrestrita para negociar reduções de salários, proibição (ou quase) de negociar aumentos.

Mas do ponto de vista do governo isto tem sua lógica: a desindexação (mesmo que parcial, só dos salários) tem de fato efeito anti-inflacionário, e a queda da demanda que se seguiria à queda dos salários seria positiva. A partir de junho, portanto, a característica reacionária do governo foi muito reforçada, e a consolidação do "Plano Real" foi claramente colocada nas costas dos trabalhadores. □